



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 445 - DE 25 DE NOVEMBRO A 09 DE DEZEMBRO DE 2012 - R\$ 3,00



Revolta operária na Usina de Belo Monte Criminalização do movimento e prisão de 5 operários



**José Dirceu e José Genoíno
condenados à prisão pelo mensalão**



**Derrotar a ofensiva militar sionista de Israel contra os palestinos.
Que a população explorada do Oriente Médio se una, saia às ruas e
se arme para enfrentar o expansionismo sionista do Estado de Israel,
instrumento do imperialismo contra os povos do Oriente!
Que a classe operária mundial apóie a luta do povo palestino pela
sua libertação nacional do domínio imperialista!**

Oposição revolucionária a Dilma

José Dirceu e José Genoíno condenados

Finalmente, a novela do Supremo Tribunal Federal chegou ao clímax. José Dirceu e José Genoíno foram condenados por formação de quadrilha e corrupção ativa, o primeiro pagará 10 anos e 10 meses de cadeia, multa de 676 mil reais e o segundo, 6 anos e 11 meses, multa de 468 mil reais. O resultado já era esperado.

No momento em que a maioria dos juízes decidiu que não era preciso provas contra o ex-ministro da Casa Civil, do governo Lula, e que bastavam indícios, ficou evidente que não deixariam de bater duro contra as mais representativas figuras do PT. O Supremo nunca se interessou pela quantidade infindável de crimes de corrupção praticados pelos partidos da burguesia e nunca teve a ousadia de enfrentar as bandalheiras de grandes grupos econômicos e importantes empresários.

O jornal O Estado de São Paulo ressaltou com imensa alegria que o Mensalão seria o mais importante julgamento da história republicana. Ocorre que as instituições da burguesia nunca se interessaram em levar ao banco dos réus os seus próprios quadrilheiros. Os exemplos mais recentes são a comprovada compra de votos no Congresso por Fernando H. Cardoso para aprovar a emenda constitucional que daria o direito de reeleição para a presidência da República e o recentíssimo Mensalão mineiro, que envolveu o senador do PSDB, Eduardo Azevedo. A fartura de denúncias de corrupção de parlamentares, caso fosse destrinchada, daria “pano para manga”. É conhecido o dado que, em 2009, 33% dos senadores sofreram processos na Justiça e nos Tribunais de Conta, por formação de quadrilha, compra de votos, uso de caixa 2, peculato, corrupção ativa, etc.

Na realidade, o Mensalão do PT é mais um caso de sujeira no interior do Estado. Lembremos que a CPI dos correios, em 2005, que apurou a delação de Roberto Jefferson (PTB) contra o esquema petista, teve um tratamento especial, como o dado agora pelo STF. A imprensa – O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Rede Globo, etc – fez uma feroz campanha para envolver o presidente Lula e aproximá-lo do afastamento (impeachment), pretendido pelo PFL (DEM). Não bastou derrubar José Dirceu do cargo de ministro e inviabilizar suas pretensões de candidato que sucederia Lula. O golpe deveria ser fatal. Está aí a condenação do braço direito de Lula – um dos arquitetos mais eminentes do PT e o estrategista que armou uma ampla aliança com partidos da ordem para derrubar nas eleições o PSDB/PFL. Ocorre que José Dirceu é filho da pequena-burguesia que, por injunções conjunturais, foi líder da contestação estudantil à ditadura militar e vestiu a camisa do castro-guevarismo. Preso, deportado para Cuba, retornou clandestinamente ao Brasil, viveu por anos escondido dos algozes, finalmente respirou o ar da democratização, ligou-se ao caudilho metalúrgico de São Bernardo, mergulhou no trabalho de formação do PT, apurou-o para ingressar de corpo e alma na política burguesa, planejou a expulsão das correntes de esquerda (Convergência Socialista/PSTU e Causa Operária) e obrigou aquelas que permaneceram no PT a se curvarem (O

Trabalho, etc.).

A trajetória de opositor da ditadura a integrante de um governo burguês na democracia revelou ter estado completamente imerso na política pequeno-burguesa. O revolucionismo do jovem dos anos 60/70 se converteu em assimilação total da política burguesa. Não por acaso, quando o PT ainda estava em formação, José Dirceu perseguiu implacavelmente as correntes que se reivindicavam do trotskismo, embora fossem centristas. Levou o 1º Congresso do partido a rechaçar a revolução, a ditadura do proletariado e o comunismo.

Ao seu lado, nesse percurso, esteve José Genoíno, um estalinista sem o brilho de seu comparsa. O PT e sua liderança vinda do castro-guevarismo e do estalinismo foram aceitos como membros da ordem burguesa. Os dois mandatos de Lula e agora o de Dilma foram e são a prova mais acabada de que o PT não somente governa para a classe capitalista, como lhe serve perfeitamente para bloquear o movimento operário e camponês, por meio de seus braços sindicais e corporativos.

Aparentemente, o gigantesco processo do Mensalão, a grandiosa publicidade e a estrondosa condenação de Dirceu e Genoíno não se justificam. Todos, afinal, se transformaram

em serviços do capital, inclusive internacional. Não obstante, a conversão do PT em partido da ordem capitalista não o livra das lutas interburguesas, das disputas partidárias e de interesses particulares de setores da direita, que não admitiram a ascensão daqueles que “queriam implantar o comunismo no Brasil”, que estiveram ligados à luta armada (foquista) contra a ditadura, que ainda estão ligados ao MST, etc.

O Ministério Público e o Supremo estiveram sob pesada influência do PSDB, DEM, do O Estado de São Paulo e setores direitistas que têm suas raízes na ditadura militar. Como dissemos, o Mensalão é somente uma versão da copiosa manifestação da corrupção na política burguesa e nas instituições do Estado (o Judiciário é a “caixa preta” mais bem guardada).

O PT fez o que todos fazem porque decidiu ser um partido da ordem capitalista. Não podia se edificar como um grande aparato sem arranjar dinheiro de todos os lados, inclusive a burocracia usa os sindicatos, a CUT e a UNE para esse fim. O PT não é financiado pelos trabalhadores, mas pelo grosso dos recursos provenientes de poderosos grupos econômicos. As empreiteiras passaram a ser uma fonte de financiamento imprescindível do PT.

Passado o furacão da CPI dos Correios, os petistas folgaram com a reeleição de Lula e acharam que haveria uma prescrição do processo. Estavam convencidos de que estando no poder do Estado as coisas se ajustariam. Por se tratar de um julgamento político, o Supremo teria de aguardar as condições propícias, que finalmente chegaram com Dilma Rousseff. A grande imprensa reabriu sua campanha anti-petista para que não expirasse o tempo do processo.

A decisão de levar a júri o Mensalão resultou de uma operação política nos bastidores do Estado e nos meios de comuni-



cação. Estava claro para os desafetos do PT e inimigos de José Dirceu que tudo ocorreria em pleno céu azul. De fato, os petistas não se movimentaram nem no parlamento, nem no executivo, nem no partido, nem nos sindicatos/CUT. A ordem foi de se manterem caladinhos e esperar que os juízes fizessem um julgamento “meia boca”, que os seus advogados conseguissem amenizar a conceituação de crime. Não era essa a disposição da maioria no Supremo, como não foi a disposição da Procuradoria Geral da República.

O PT, metido a ética, declarado caçador de corruptos, campeão da democratização do Estado, etc., caiu na gandaia burguesa do financiamento partidário e de campanhas eleitorais. Uma chance de ouro para a oligarquia institucional e para a oposição liderada pelo PSDB “baixar o sarrafo”. A covardia do PT em se defender e em proteger suas lideranças apenas não surpreendeu ninguém. Expressou sua fusão com o Estado burguês. Diziam-se vítimas de um golpe político desfechado na arena do Supremo. Porém, não reconhecem que o Supremo é comandado por um punhado de juízes, indicados pelo executivo e que ganhou certa autonomia justamente no governo de Lula.

Nem mesmo as pesadas penas contra Dirceu e Genoíno levaram o PT a rechaçar praticamente o “tribunal de exceção”. A direção do partido demorou para negociar uma declaração típica de serviçais. Dizem os eunucos, que respeitam o Estado de direito, que foram injustamente vilipendiados, mas que acima de sua desgraça está a democracia. José Dirceu declara altissonante que irá para a prisão, mas não se calará. Quem se calou diante do algoz já não tem garganta para gritar. Entregou seu passaporte como um carneirinho da República. Espera que um dia a burguesia o redima. É bem diferente da voz do pequeno-burguês, que, com seu revolucionarismo, foi preso pela ditadura e que voltou clandestinamente de Cuba

para continuar sua militância. Essa voz está morta. Já havia morrido quando se pôs a trabalhar pela democracia burguesa. A alta Corte da burguesia oligárquica apenas a enterrou, como a um cadáver insepulto.

O mesmo destino foi dado ao PT. A classe operária e todos os famintos não têm o que lamentar. O julgamento de José Dirceu e José Genoíno não passa de um ajuste de contas entre as quadrilhas burguesas que comandam o Estado na época do capitalismo em decomposição. O que os explorados devem ter em conta é que foram traídos pelo PT. Esses vendidos à burguesia sustentam indevidamente o nome “Trabalhadores” em sua bandeira.

Caso a classe operária estivesse organizada em um partido revolucionário e contasse em seus sindicatos com direções classistas, os petistas seriam julgados por um Tribunal Popular, não pelo fato do PT ser mais um dos partidos burgueses que se valem da corrupção, mas por trair os trabalhadores. A experiência com a formação de um partido dos trabalhadores, amplo e policlassista é definitiva no Brasil e que dever servir para outros países, como foi definitiva experiência com o Partido Trabalhista Inglês.

Ainda soa em nossa memória a resposta dos oportunistas: vocês querem um partido de macacão, pequeno e sectário e nós queremos um partido de massa, amplo e representativo. Certamente, era um ataque esquemático e grosseiro aos defensores de que o PT somente poderia ser um partido dos trabalhadores se encarnasse o programa e os métodos de luta do proletariado, caso contrário seria burguês.

A construção do partido da revolução social não segue os caminhos e os meios utilizados pelos partidos da burguesia e da pequena-burguesia. Trata-se da tarefa histórica de confluir o movimento instintivo da classe operária com o programa socialista no processo da violenta luta de classes.

Vergonhosa resposta do dirigente lambertista da corrente “O Trabalho”

Os condenados José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares sofreram multas que somadas correspondem a R\$1,6 milhão. Segundo a condenação, trata-se de ressarcir os cofres públicos.

A cúpula petista, parlamentares e correntes internas de esquerda pensam em fazer uma campanha de arrecadação. É compreensível que a burocracia do partido se declare solidária aos condenados e apresente tal solução. Na verdade, esse montante não pesa em nada para um partido que tem fontes prontas a financiá-lo.

O que surpreendeu foi a declaração de Markus Sokol ao jornal O Estado de São Paulo. Eis: “Na história da luta dos trabalhadores mais de uma vez se arrecadou dinheiro para tirar gente da prisão ou para não pôr gente na cadeia, ou então para pagar multas que se consideravam ilegítimas.” É verdadeira a afirmação, mas não para o caso de pessoas que se envolveram em

corrupção política.

A reportagem relata que o dirigente da corrente interna do PT, vinculada internacionalmente à revisionista IV Internacional lambertista, iria ouvir os implicados para fixar uma posição, mas que considerava a iniciativa legítima. Essa resposta diplomática mostra perfeitamente o quanto O Trabalho enlameia o nome da IV Internacional e o trotskismo.

O PT se manteve de joelhos diante do Supremo, da imprensa e da oposição burguesa liderada pelo PSDB. Não foi capaz de esboçar qualquer resposta política. Não teve como comprovar que não houve o esquema do valerio-duto. E agora vêm os seus acólitos dizer que é legítimo fazer uma campanha de arrecadação de fundos a gente comprometida com o que há de pior na política burguesa, em nome da tradição do movimento operário que tem por princípio defender aqueles que sofrem a violência de clas-

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Resolução política sobre a vitória do PSB em Fortaleza

1 – A vitória de Roberto Claudio (PSB) para a prefeitura de Fortaleza é expressão da vitória da oligarquia Ferreira Gomes no estado. Esta oligarquia se fortaleceu enormemente e concentra em suas mãos um enorme poder controlando, em bloco, o governo do estado, o da capital, e a maioria das prefeituras do interior. O triunfo eleitoral de Cid Gomes e seu candidato colocam o PSB na condição de maior partido burguês do estado, deslocando desta posição o PSDB e PMDB e centralizando em torno de si as inúmeras oligarquias locais e municipais do interior do Ceará.

2 – Roberto Cláudio montará um governo burguês profundamente alinhado à FIEC, CDL, Sindiônibus e de ataque aos explorados da capital (operários, classe média arruinada etc.). Seu governo aprofundará a retirada de direitos, que já vinha ocorrendo sob a gestão petista. Adotará medidas de arrocho salarial, de avaliação desempenho, de manutenção das terceirizações e precarização das condições de trabalho, embora esta última possa ocorrer em um grau inferior ao implantado pelo anterior governo petista. O choque entre os trabalhadores e o novo governo tende a superar o patamar da gestão anterior. O aprofundamento da crise econômica também obrigará o funcionalismo a reagir contra a destruição de suas conquistas. A promessa de melhor armar a guarda municipal, de criar a secretaria municipal de segurança pública, e usá-la para a contenção da incontrolável criminalidade, fará da gestão peesbista um governo de maior violência sobre os assalariados.

3 – Os dois mandatos da gestão petista na prefeitura, comandados pela tendência DS, não estiveram diretamente sob o ditame do empresariado e tampouco sob o controle das massas empobrecidas. A máquina municipal esteve sob a firme direção da burocracia partidária e sindical e expressou mais ou menos fielmente os interesses gerais das camadas pequeno-burguesas da cidade. Longe de se tornar um instrumento de organização e aglutinação dos oprimidos para arrancar melhores condições de vida, o governo petista tornou-se um defensor da grande propriedade privada, e inimigo dos trabalhadores e juventude. A burocracia petista tratou logo de se locupletar financeiramente e pode, durante certo tempo, arrastar consigo as massas pelo fato de manter uma política pseudo-democrática, assistencialista e festiva (orçamento participativo, conselhos populares, manutenção da passagem em R\$ 2,00, shows etc.). Na reta final da gestão, tentou reconquistar o apoio do funcionalismo, perdido paulatinamente com sua política de arrocho e retirada de direitos, por meio de medidas demagógicas (entrega de computadores, 13º integral etc.). A crescente oposição de setores burgueses e das massas empobrecidas com a incapacidade dos reformistas em minorar a crise social e dar soluções a problemas capitalistas estruturantes (a exemplo do trânsito) possibilitou o crescimento de candidaturas burguesas, entre as quais se sobressaiu a do PSB. Eis as causas da derrota petista.

4 – O governo Roberto Cláudio estará fortalecido pelo apoio irrestrito do governo estadual, por seu orçamento e

aliança política. Porém enfrentará instabilidades em razão da fragmentada base que terá de articular na Câmara Municipal e fora dela. O PSB teve de assegurar o apoio de 12 partidos no primeiro turno (PRB, PP, PTB, PMDB, PSL, PSDC, PHS, PMN, PTC, PRP, PSD, PT do B) e mais 6 no segundo turno (PSDB, DEM, PDT, PPL, PRTB e PC do B). Terá de acomodar interesses partidários contraditórios na máquina municipal e lidar com conflitos interburgueses em torno da definição de orçamentos, distribuição de cargos etc. O PMDB, o PSDB e o DEM ocuparão cargos no primeiro escalão e serão seus mais firmes sustentáculos políticos. A oposição, reduzida, será composta por PT, PR e PSOL.

5 – A derrota eleitoral do PT recai antes de tudo sobre a corrente DS que comandava a máquina municipal e impôs ao partido o nome do candidato sucessor. O enfraquecimento da DS, com a perda da máquina municipal, será fonte de maior conflito interpartidário. A aliança com o PSB estadual, a participação de dirigentes petistas no governo Cid, as articulações para a reeleição de Dilma em 2014 serão os primeiros elementos de intensas lutas intestinas. O PT municipal, ainda fortemente influenciado por Luizianne, fará uma oposição cerrada ao novo governo municipal, porém não ultrapassará os limites da oposição parlamentar leal e respeitosa. A pressão da ala pró-Luizianne para que o partido rompa a aliança estadual com o PSB, enfrentará a resistência de prefeituras no interior e das tendências ligadas a Pinheiro, Guimarães e Nelson Martins. Pela intensidade do conflito não está excluída a possibilidade de rupturas pontuais no PT e ingresso de dirigentes no PSB de Cid Gomes.

6 – A derrota do PT nas urnas não significa a perda das ilusões das massas no reformismo petista profundamente adaptado ao estado e à burguesia. Como ensina o marxismo, as eleições burguesas expressam apenas parcial e deformadamente a luta de classes. As organizações de massa continuam sob o comando da burocracia sindical cutista que terá de assumir uma postura de oposição ao novo governo municipal. A burocracia sindical petista sai enfraquecida e perde o apoio do aparelho municipal que lhe assegurava benesses e regalias. Em contrapartida, não está obrigada a defender o governo municipal como na gestão anterior. A tendência colocada é a de que os burocratas assumam o discurso de pseudo combatividade, o que não significa encampar lutas de grande envergadura e impulsionar greves combativas. A tarefa do POR de denunciar as burocracias como abertamente governistas e agitar prioritariamente a bandeira da independência sindical precisa dar lugar à propaganda de consignas que demonstrem a inconstância e a incapacidade de luta da burocracia à frente dos movimentos.

7 – O PT atravessa sua fase última de metamorfose em partido burguês. As 31 prefeituras conquistadas no interior do estado vão dando uma configuração oligárquica ao reformismo que vem se aproximando da condição de força pró-imperialista. Essa tendência, observada em escala nacional, se manifesta

igualmente no estado. Entre os partidos da frente de esquerda, o PSOL vem capitaneando o descontentamento da vanguarda e da classe média com o PT. Seu crescimento eleitoral no estado o potencializa como oposição parlamentar pequeno-burguesa e não como oposição proletária e revolucionária. O reformismo psolista, porém, carece de uma base sindical significativa no estado, o que demonstra que cresce não como dirigente dos movimentos de massa, mas em razão da presença de caudilhos eleitorais. A atuação comum com o PT, no campo da oposição parlamentar, à gestão municipal do PSB, tende a ser o comportamento seguido pelo PSOL. O PSTU, seguindo os passos de seu aliado ocasional vem adaptando-se rapidamente ao eleitoralismo, muito embora não tenha tido qualquer projeção eleitoral. O centrismo, contudo, possui uma base sindical real, o que obriga os revolucionários a aplicar uma tática diferenciada em relação aos psolistas. Os revolucionários têm como tarefa arrancar a vanguarda da influência dos partidos da frente de

esquerda denunciando os acordos eleitoreiros e expondo as fraquezas do reformismo e do centrismo no encaminhamento das lutas.

8 – O POR é um partido embrionário, que tem avançado lentamente. Tem travado a disputa sobre os sindicatos com a burocracia petista. Nesta disputa tem ampliado sua influência e alargado seu círculo de contatos em torno das ideias revolucionárias e avançado na tarefa de formar frações revolucionárias. Tem pela frente a tarefa prioritária de fortalecer seus quadros e ajustar corretamente o programa e a tática à situação concreta da luta de classes. A situação objetiva tem demonstrado que a ausência dos militantes profissionais tem se transformado num importante obstáculo ao crescimento do partido. A ampliação das lutas e o choque das massas com a nova gestão municipal criará boas possibilidades para o partido propagandear as bandeiras do programa de transição e soldar uma parte da vanguarda com as ideias da IV

Revolta operária na Usina de Belo Monte

Criminalização do movimento e prisão de 5 operários

O protesto dos operários na usina de Belo Monte ocorreu dias 9, 10 e 12 de novembro. Teve como causa a conduta da burocracia do sindicato (Sintrapav) de ir ao local para defender a proposta patronal de reajuste salarial, como sendo favorável aos trabalhadores. As empreiteiras ofereciam um reajuste de 11% para a primeira faixa salarial, 6% para segunda e 4% para as últimas. Um acréscimo de R\$ 40,00 no vale alimentação e uma redução gradativa no intervalo da “baixada” (visita aos familiares), hoje a cada seis meses. A revolta dos operários foi imediata. Expulsaram os burocratas sindicais do local e agiram contra tudo aquilo que simbolizava a dominação dos capitalistas. Assim, os alojamentos e escritórios foram destruídos, ônibus e caminhões incendiados.

A miséria salarial chega ao ponto de um ajudante receber pela brutal jornada de trabalho R\$ 684,20. Os 11% sobre essa miséria não significavam nada. Viver nos alojamentos precários, comer a ração da empresa, receber um salário de fome e ficar seis meses sem ir para casa foram as causas do movimento.

A resposta do Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) foi a de exigir a intervenção da Força Nacional de Segurança e da polícia. Suspendeu o trabalho na obra e prendeu cinco operários, acusando-os de atos de “vandalismo” e “banditismo”. Ernesto, de Ji-Paraná; Eliseu, de Breu Branco; Mateus, de Barcarena; Odivaldo e Raimundo, de Belém são os cinco trabalhadores que foram indiciados e presos.

Burocracia sindical faz coro com a repressão

O sindicato (Sintrapav) é dirigido pela Força Sindical. É composto de uma burocracia autoritária e pró-patronal. Apoia o governo de Dilma, é favorável a intervenção da Força Nacional de Segurança, não mexeu uma palha em favor dos operários que foram presos e condenou o protesto com os mesmos argumentos dos empresários e da polícia. Ou seja, acusou de

vandalismo e banditismo.

O ódio dos operários contra o Sintrapav foi manifestado por meio de sua expulsão do canteiro de obras. Trata-se de uma direção traidora, que deve ser rechaçada.

Quem são os responsáveis?

A ação dos operários corresponde à luta coletiva contra a propriedade privada, que lhes arranca o sangue. Os métodos empregados fazem parte da luta de classes contra o patronato. A revolta instintiva foi uma manifestação de defesa dos interesses gerais dos trabalhadores da usina contra a traição da burocracia sindical e contra a esmola concedida pelas milionárias empreiteiras que constroem a usina.

Devemos responsabilizar o Consórcio e o governo. Os culpados são os que sangram os operários para erguer a usina de Belo Monte.

Cabe aos trabalhadores a defesa da luta em Belo Monte, a exigência de libertação dos presos, o fim dos processos criminais que recaíram sobre os operários lutadores.

Dilma e empreiteiras criminalizam o movimento

O governo Dilma não é de hoje que vem criminalizando o movimento dos operários das usinas. Os termos usados pelos exploradores (Consórcio) de “atos de vandalismo e banditismo” são os mesmos empregados pelo ministro Gilberto Carvalho e servem para punir judicialmente os grevistas e manifestantes. A intervenção da Força Nacional de Segurança na usina mostra a face repressiva do governo petista.

A classe operária não pode permitir que governo e capitalistas usem o aparato militar e policial para incriminar a luta dos explorados. Daí a importância da exigência de liberdade aos presos lutadores e fim dos processos que lhes foram imputados. E de combater toda a legislação que impede o livre direito de greve.

Encontro operário

No dia 10 de novembro foi realizado o encontro Operário. Nele se discutiu a distribuição do Boletim Nossa Classe, se avaliaram as observações feitas pelos trabalhadores na porta das fábricas e se planejou o próximo boletim. Na parte de formação, foi dado o informe político sobre a origem da classe operária no Brasil e suas primeiras formas organizativas. Em seguida, debateu-se o texto que apresentamos abaixo.

1. Em meio à divulgação das taxas negativas de crescimento da indústria, realizou-se, no início de novembro, em São Bernardo, a 1ª Conferência Nacional de Negociação Coletiva, convocada pela Confederação Nacional Metalúrgica da CUT (CNM/CUT). O objetivo foi o de aprovar a pauta de reivindicação do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho, que deverá ser apresentada aos empresários e ao governo. A Conferência se limitou a verificar as cláusulas sociais que eram consensuais. Acabou resumindo em cinco pontos: a) o direito à creche, podendo ser a exigência de vagas nas públicas ou o auxílio creche; b) o direito dos dirigentes e assessores do sindicato ao local de trabalho; c) o direito do sindicato de participação no processo eleitoral da Cipa e indicar o secretário geral; d) exigência de prazos determinados para o pagamento de rescisões (demissões); e) duração e distribuição da jornada de trabalho, tendo em vista a inibição de horas-extras, compensações, turnos especiais etc.). As cláusulas, assim nomeadas pela burocracia, estão de acordo com o sindicalismo que vem sendo implantado. Ou seja, maior interferência da burocracia nos locais de trabalho, na Cipa e nas negociações em relação à jornada de trabalho. Como se vê, gradualmente, a burocracia vem avançando no sentido de impor aos sindicatos uma política de fortalecimento da cúpula dirigente. Os comitês sindicais, a criação da mesa tripartite, o ACE e, agora, o CCT fazem parte dessa estratégia de fortalecimento da burocracia e da política de conciliação de classes. O sindicalismo de luta de classes é tido como ultrapassado.

2. A 1ª Conferência não tinha como finalidade organizar os metalúrgicos para enfrentar as demissões, a flexibilização do trabalho e outras medidas patronais. Tratava, apenas, de levantar aspectos comuns a serem negociados entre a burocracia sindical e a patronal, nas campanhas salariais de 2013. Assim, as reivindicações centrais que impulsionarão a luta dos metalúrgicos diante do agravamento da crise não estavam nos propósitos da Conferência, onde a participação se restringiu a uma seleta reunião com 180 burocratas.

3. A CNM aproveitou para se vangloriar de que possui em sua base um milhão de trabalhadores. O lamentável é que essa massa operária se encontra submetida à política da conciliação de classes. Ao ponto de realizar uma Conferência Nacional sem nenhuma

representação eleita nas fábricas. O retrocesso do movimento operário é tão grande que a burocracia faz as Conferências e Congressos por cima dos trabalhadores. Uma parcela toma como natural o fato da burocracia decidir por ela (política da “representação”). O problema é que a burocracia sindical está de mãos livres para atuar por cima dos interesses gerais dos trabalhadores. A cisão da CUT pelo PSTU e PSOL, que chegaram a ter 30% de participação nos Congressos e atividades da CUT, permitiu que a burocracia ganhasse maior controle sobre os sindicatos. A pouca inserção da política do POR nas fábricas é um obstáculo ao combate à burocratização.

4. O POR se posiciona pelo Acordo Coletivo de Trabalho, resultado das decisões das assembleias e congressos da classe operária. Impor ao governo e aos capitalistas um contrato coletivo, contendo o piso salarial, a jornada de trabalho, a estabilidade, a aposentadoria e outras conquistas sociais, é uma luta árdua de enfrentamento entre interesses opostos (os dos proprietários dos meios de produção e os que vendem a força de trabalho). Um acordo coletivo de trabalho não virá de uma concessão do Estado, principalmente, numa época de crise econômica e desagregação do sistema capitalista. Será arrancado por meio da luta direta pelas reivindicações gerais da classe.

5. A crise econômica vem provocando redução na produção industrial brasileira. O setor mantém resultados negativos há quatro trimestres consecutivos. Segundo o IBGE, houve redução na fabricação de consumo duráveis (automóveis, motos, telefones celulares, micro-ondas etc.) e de bens de capital (equipamentos de transporte e para construção civil) e, também, nos ramos extrativos (minérios de ferro), têxtil e vestuário. Os dados negativos indicam a retração nas exportações e dificuldades de ampliação do mercado interno. A política da burocracia sindical joga contra as reais necessidades da classe operária. Os dados negativos da economia, para ela, sinalizam maior necessidade de “negociação” e menor enfrentamento com os capitalistas. Assim, os sindicatos são usados para manobrar, rebaixar as reivindicações e capitular. Certamente, essa política está em choque com as leis do sistema de exploração do trabalho, que criou duas classes antagônicas. O papel da burocracia é o de contradizer essa lei histórica.

Sobre as cotas para ingresso na universidade

A transformação do Projeto de Lei 180/2008 em Lei 12.711/2012 pelo governo federal concluiu o longo processo de adoção do critério de cotas para o ingresso na universidade e no ensino técnico públicos. Foi necessário, inclusive, o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal quanto à sua constitucionalidade.

O problema agora está em como fazer valer a Lei, que sofre críticas e resistências também de parte da burocracia universitária. Dizemos também porque não foram poucos os adversários do sistema de cotas, entre eles a grande imprensa e setores dos partidos burgueses. Além da aplicação da Lei, se apresenta o problema de como garantir a permanência dos estudantes pobres, negros e índios na universidade.

Pode-se dizer que, com a sanção da Lei e sua publicação, para fins legislativos, está superada a etapa de discussão política e ideológica. Não está, no entanto, para fins práticos. O que quer dizer que as divergências e diferenças políticas e ideológicas continuarão a vigorar, sob as novas condições.

O movimento estudantil está, agora, diante da aplicação da Lei e das garantias que os cotistas terão para ir até o final dos estudos. O critério de cotas raciais, étnicas e sociais não resolverá a marginalização da maioria da juventude oprimida dos estudos universitários. Não modificará em nada o caráter de classe do sistema educacional. Não tocará nos privilégios dos filhos da burguesia e da classe média alta. O acesso de um pequeno contingente de filhos da classe operária, dos camponeses pobres (incluem os índios) e da classe média arruinada não alterará significativamente a composição social da universidade. A “inclusão” de um escasso contingente de negros e índios não modificará a cor social dos campi universitários, que são compostos por esmagadora maioria branca, porque a classe burguesa é quase que exclusivamente e a classe média quase que inteiramente branca.

O governo do PT assumiu e impulsionou o movimento de cotas iniciado sob o governo de Fernando Henrique Cardoso. O seu fundamento é que não se trata de luta de classes, mas de justiça e reparação histórica à tragédia vivida pelos negros e indígenas, que, por carregarem a escravidão colonial, não puderam ser incluídos no desenvolvimento da sociedade.

O fato de as campanhas de “inclusão social” e “reparação de injustiças” sensibilizarem as massas e, assim, cumprirem um importante papel nas eleições obrigaram a maior parte dos partidos da burguesia a apoiar a adoção de cotas. A votação no Congresso e a sua confirmação no Supremo resultaram em uma vitória política dos defensores. O que não pode ser confundida como vitória dos explorados negros e brancos, e dos indígenas oprimidos.

A maioria explorada e a juventude não saíram ao combate pelas cotas. Uma das razões é que não se tratava de uma bandeira de defesa geral do acesso à universidade. Boa parte das discussões e conflitos de posições contra e a favor ocorreu no seio das instituições do Estado, da burocracia acadêmica, dos tais dos especialistas e dos meios de comunicação. Os reformistas, estalinistas e as esquerdas centristas apresentam a sanção da Lei como uma vitória dos explorados e oprimidos. É preciso desmascarar essa avaliação.

O sistema de cotas para a universidade não afeta os interesses da burguesia e da alta classe média. Eis por que foi consagrado em um processo legislativo e judiciário sem a intervenção das massas em luta. As cotas não passam de uma pequena concessão do Estado e da classe burguesa, conduzida pelo governo do PT/PMDB. Mesmo assim, tudo indica que não será fácil concretizá-la.

Haverá luta para que se viabilize? O movimento estudantil deve realizar um balanço crítico e não assumir o sistema de cotas como parte de seu programa, mas exigir do governo e da burocracia que o cumpra. A bandeira da juventude oprimida é a do acesso a todos ao ensino em todos os níveis.

Adaptação da lei de cotas

O sistema de cotas sancionado pela presidente Dilma Rousseff tem como condição básica que os cotistas cursem integralmente o ensino médio em escola pública. As instituições federais de ensino superior e de ensino técnico médio estão obrigadas a reservar 50% de suas vagas, sendo que 25% serão destinadas aos estudantes negros, pardos e indígenas e 25% aos estudantes cujas famílias alcancem a renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo. Em quatro anos, as instituições federais terão de cumprir integralmente a lei. Pelo menos 25% devem ser implantados a cada ano.

Não se trata, portanto, apenas de cotas para negros e índios, mas também para brancos paupérrimos. Essa foi a forma que o governo encontrou para acomodar posições. Uma parcela dos críticos não se referia aos critérios de cotas, mas às cotas raciais e étnicas. Estavam a favor de cotas, mas “sociais”, definida, assim, pela renda.

Ocorre que o movimento de cotas surgiu como racial, copiada dos Estados Unidos e apoiada por instituições norte-americanas sob o rótulo de ações afirmativas. A primeira ação nesse sentido ocorreu em 2001 por iniciativa do governo do Rio de Janeiro, com a Lei estadual 3.708, que estabeleceu 50% das vagas na Universidade do Rio de Janeiro e na Universidade Estadual do Norte Fluminense. Seguindo essa linha, a Universidade Federal de Brasília adotou a cota racial para 20% das vagas. Agora, no momento em que a Lei é sancionada, 81 universidades públicas praticam algum tipo de cota.

Os protagonistas das cotas raciais se apóiam na tese de que se trata de questões distintas. Uma situação é a dos negros que sofreram com a escravidão e que pagam por ela até hoje com a exclusão racial. Outra, é a dos pobres e miseráveis brancos. Os promotores das cotas étnicas também acham que “a pauta das ações afirmativas não pode ser a mesma para todos os ditos “excluídos”. Assim, racial é racial, étnico é étnico e social é social. Uma vez que se trata de diferentes exclusões, deveriam ser confinadas em suas especificidades.

A solução salomônica de Dilma Rousseff foi a de garantir 25% para cotas étnico-raciais e 25% para as sociais (uma parcela dos negros pobres que não entrar pela racial poderá se valer da social). Como se pode observar, a questão dos negros e dos indígenas foi posta à margem da divisão em classes do Brasil e de seu desenvolvimento capitalista semicolonial. Os tardios defensores das cotas sociais a levantaram como obstáculo às

cotas raciais. Consideram a pobreza e miséria uma simples questão de renda e não de opressão de classe.

O que mudará

Estima-se no Censo da Educação Superior que as universidades federais oferecem 222.126 vagas. O que quer dizer que, se a Lei for integralmente aplicada, 111.063 vão para as cotas. Negros e indígenas, com 55.531.

Os cotistas consideram uma grande vitória, uma vez que dessas 222.126 vagas somente um pouco mais de 8 mil eram reservadas a negros e índios. Dizem que terá “um grande impacto inclusivo nas instituições federais de educação e será determinante para diversificar as elites brasileiras nas próximas gerações.”

Afirmção tão exitista como essa deixa transparecer a ilusão de se conformar uma elite burguesa e pequeno-burguesa negra, capaz de contrabalançar o peso esmagador da burguesia branca e de sua elite pensante, tecnocrática, política etc. Essa senda otimista expressa a emersão de uma camada negra para a classe média, em cujo seio destacam intelectuais, professores, advogados, profissionais liberais e politiqueiros. Tal camada e seus representantes se distanciam da esmagadora maioria de pobres e miseráveis do país, na qual a maior parcela é de negros.

O fundamento das cotas é seletivo. Portanto, não responde à opressão social, racial e étnico, indissolúvel nas relações de produção, distribuição e exploração do trabalho. A universidade é apenas uma das instituições da burguesia que expressa a seleção social. E como tal as camadas negras da população oprimida são as que mais sofrem a opressão classista.

O Censo da Educação Superior de 2011 indicou que apenas 14,6% dos jovens cursavam o ensino superior, em termos absolutos perfaziam 6,7 milhões. Evidentemente, a esmagadora maioria dos universitários se constituía de jovens burgueses e de classe média abastada. Dos jovens considerados pelas estatísticas como mais pobres (pertencentes aos 20% da população de baixa renda), apenas 4,2% cursavam a universidade. Dos 51,7% da população formada de negros, pardos e indígenas, tão-somente 8,8% de negros e 11% de pardos conseguiram galgar o ensino superior. Do contingente de jovens brancos, 25,6% estavam nas universidades e faculdades.

O que indicam esses números? Indicam que a grande maioria de jovens negros, brancos e indígenas não teve acesso. E por quê? Porque a condição determinante é de que fazem parte da classe operária, do campesinato pobre, da classe média arruinada e dos indígenas oprimidos. A discriminação racial existe – persiste o odioso racismo –, porém está condicionada pela situação de classe e não o contrário.

O racismo é mais violento, quanto mais pobre e miserável forem os negros. O mesmo se pode dizer dos preconceitos contra os nordestinos no Sul/Sudeste. Os defensores das cotas se negam a ir às profundezas das determinações da opressão e deformam a questão racial, tratando-a como se fosse de bloqueio à ascensão de uma restrita camada da pequena burguesia negra que tem se constituído nas últimas décadas.

Uma das atitudes reprováveis dos defensores de cotas, tidas como a via de democratização da universidade – é a de ocultarem o papel do ensino privado e de capitularem diante do avanço da mercantilização. Não há democratização alguma com a Lei das cotas. Dos ultrarrestritos 6,7 milhões de universitários, 4,9 milhões

pagam seus estudos (uma pequena parcela é bolsista do ProUni) e somente 1,3 milhões estão nas públicas. Assim, 73% das matrículas pertencem a empresários. Somente 111,1 mil se formam anualmente nas universidades federais, 107,2 mil nas estaduais e municipais públicas, enquanto que nas privadas e confessionais (que são privadas) somam 798,3 mil. Como se pode falar de democratização, simplesmente porque cerca de 100 mil estudantes negros, índios e pobres terão acesso por meio de cotas (sem saber se conseguirão se manter)? E os 85,4% de jovens entre 18 e 24 anos que nunca poderão continuar os estudos?

Os defensores de cotas e o governo petista entendem por “democratizar a universidade” a criação de escassa oportunidade para uma ultraminoria de pobres, entre eles negros e índios nas instituições públicas que detêm apenas 27% das matrículas. Trata-se de uma máscara à política privatista da educação. Os protagonistas das cotas se mostram atados à coexistência do ensino público com o privado, em cuja relação predomina o privado. Ludibrium com a tese da reparação histórica aos negros e índios – ou com a tese de que mais pobres na universidade, maior chance de vencer na vida – e colaboram com a preservação do sistema privado de ensino.

Adaptados ao capitalismo

Nenhuma Lei de cota tocará no essencial da opressão sobre a maioria negra pobre e sobre a população indígena. O movimento negro pequeno-burguês teve o mérito de tornar as denúncias contra o racismo em uma questão política nacional. Pôs em evidência o que se passa no seio da sociedade. Para defender a tese da reparação histórica e a via das ações afirmativas, teve de demonstrar a brutal exclusão do jovem negro das universidades, dos cargos públicos, etc. Nada, porém, que fosse tão desconhecido.

O fundamental está em que entre as condições de existência da população negra e a solução das cotas há um abismo intransponível. Trata-se de uma resposta social e política que conserva a opressão. As cotas e as ações afirmativas são instrumentos de consentimento à continuidade do racismo. Não apenas não serve para combatê-lo como se prostra diante de sua reprodução.

A tese de que com as cotas se estaria contrapondo ao desenvolvimento social concentrado em poder da minoria branca, permitindo a mobilidade social e distribuição de renda mais equitativa, é absurda. Basta ver a experiência nos Estados Unidos, fonte de inspiração e financiamento de parcela do movimento negro, por meio da Fundação Ford. As massas negras, de maioria pobre e miserável, constituem, como dissemos, o proletariado e os camponeses oprimidos. Estão na base do funcionamento do capitalismo. Nenhum sistema de cotas, por mais ampla que seja, atingirá a concentração de riqueza controlada pela classe capitalista branca, sob a qual se encontra a classe média branca.

É justa a crítica de que o argumento burguês do “mérito” para ingressar na universidade e nos serviços públicos – ambos exigem prova de seleção – serve aos interesses de uma minoria que está em posição de vantagem. Colocar desiguais sob o mesmo critério é uma burla do mérito. Mas essa burla é praticada contra todos os pobres e miseráveis, sejam eles negros ou brancos. Um dos graves erros do movimento cotista é o de

separar negros e brancos explorados, pobres e miseráveis.

Ao fazer uma divisão racial no seio da classe operária, dos camponeses e da classe média arruinada, se fortalece os meios discricionários da burguesia, entre eles a seleção para ingresso na universidade. Basta rever os dados acima apresentados pelo Censo do Ensino Superior. As cotas não vão “igualizar na partida os desiguais e promover a justiça, democracia, valorização e reconhecimento dos negros na construção, enriquecimento e grandeza de nosso país” – como preconiza o reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, José Vicente. As cotas permitirão a uma pequeníssima minoria se utilizar de um recurso excepcional consentido pelo Estado burguês para furar o bloqueio das provas.

A ampliação da escassa classe média negra é o objetivo dos defensores das ações afirmativas. As famílias negras que podem pagar escolas particulares estão em situação distinta das famílias negras pobres e mais próximas das famílias brancas de classe média que se valem do vestibular para ingressar na pública ou privada. O Sr. José Vicente aspira que os negros sejam reconhecidos como construtores e enriquecimento do País. A quem é dirigido o pedido? À burguesia branca e aos seus representantes no Estado. Aí está explícito o servilismo pequeno-burguês e, portanto, o reacionarismo.

Ocorre que a burguesia não tem por que não reconhecer o quanto os escravos negros foram oprimidos. Proliferam pesquisas acadêmicas e livros condenando o passado escravocrata do Brasil colonial. Não há problema em se reconhecer que até hoje se arrastam heranças desse passado odioso. Até o Supremo Tribunal Federal (STF), que conta apenas com um juiz negro, resolveu lamentar as injustiças contra os negros, párias da sociedade. A Lei 12.711/2012 também faz parte desse reconhecimento exortado pelo reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares.

Para que serve esse circo de reconhecimento? Para o Estado fazer uma pequena concessão desmoralizante para um pequeno número de negros. O governo do PT exibirá ao País e ao mundo que aqui se tem políticas afirmativas, que de 8 mil negros que cursavam as universidades federais saltarão para 50 mil, em um universo de 1,03 milhão nas públicas e 4,9 milhões nas privadas.

Não se trata de pedir nenhum reconhecimento aos exploradores, mas de lutar para lhes impor as reivindicações e avançar o movimento das massas para acabar com o capitalismo.

A população negra e miscigenada forma a maioria da população oprimida. A que classes pertencem? De escravos no sistema colonial pré-capitalista, passaram a trabalhadores livres em condições de extrema pobreza, prontos para vender a qualquer preço sua força de trabalho. Muito lentamente uma limitada parcela foi se integrando à pequena-burguesia rural e urbana. Na raiz da classe operária brasileira está a mão de obra negra. Por sua vez, a classe capitalista tem suas raízes nos senhores de escravos brancos. O escravismo colonial foi uma forma pré-capitalista de exploração do trabalho, que cedeu lugar à forma capitalista.

É desse processo histórico que se manifestam as formas de opressão sobre os negros. As diferenças raciais nas relações de trabalho e da vida social entre explorados brancos e negros é uma criação dos exploradores. O racismo é fruto da divisão de classes da sociedade. A classificação racial do homem é uma falsificação ideológica a serviço da exploração do trabalho e da opressão sobre povos. Os defensores das cotas insistem na

existência de raças, negando-se a ver que o racismo é produto da dominação de classe.

Os cotistas rechaçam com razão a farsa da democracia racial, mas capitulam ao procurar criar uma verdadeira democracia racial por meio de cotas. Capitulam porque reproduzem a divisão burguesa racial e porque colocam a população negra fora das classes sociais. E aqueles que combatem o critério de cotas com o argumento de que a Constituição de 1988 consagra direitos universais sem distinção de raça, credo, etc. cumprem o papel de acobertar o racismo que emana dos proprietários dos meios de produção.

Vencer a opressão

As discriminações raciais são evidentes, embora não legisladas: salários diferenciados, contratação preferencial de brancos, discriminação policial, judicial e perseverança dos preconceitos. A luta pela igualdade se materializa na luta contra todas as formas abertas ou dissimuladas de diferenciação racial. Trata-se de um combate geral de todos os explorados, não somente de uma pequena parcela da pequena burguesia.

Não obstante, há que ter claro que não é possível erradicar o racismo sob o capitalismo e conquistar a igualdade. As reivindicações contrárias ao racismo fazem parte do programa do proletariado, que se contrapõe à exploração do trabalho e à dominação burguesa.

A opressão sobre os negros não se restringe ao Brasil. Sabemos perfeitamente que nos Estados Unidos o racismo continua, embora a burguesia tenha atendido parte das reivindicações do movimento democrático dos negros. Na África do Sul, o governo negro serve à burguesia branca e, assim, todo ideário de igualdade do CNA é letra morta. Não se pode desvincular a perpetuação da opressão sobre os negros em todas as partes do domínio mundial imperialista, que se seguiu ao domínio colonialista. Eis por que a África negra continua completamente subjugada.

A luta contra o racismo não é consequente se não for anti-capitalista e antiimperialista. O movimento institucional pelas cotas se inspirou justamente na maior potência, os Estados Unidos, que mantém as nações negras sob violenta dominação.

Não por acaso seus defensores têm horror à luta de classes. Dizemos o contrário, o movimento da classe operária terá de confluir com o programa da revolução social: tomada do poder, instalação de um governo operário e camponês, expropriação da classe capitalista e implantação da propriedade coletiva dos meios de produção.

Os milhões de negros e brancos submetidos à escravidão moderna capitalista, como uma só força de maioria nacional, sob a direção política do proletariado, tomarão conta da economia, da política e da vida social. Esse passo revolucionário dará início à eliminação de toda forma de discriminação.

Particularmente, em relação à educação, a tarefa é a de lutar desde já pela estatização do sistema privado, constituição de um sistema único público, gratuito, controlado por quem ensina, estuda e trabalha, vinculado à produção social. Uma das reivindicações da juventude é a do fim dos vestibulares e do livre ingresso na universidade. Ao contrário de se formar uma elite negra ao lado da elite branca, como apregoam os cotistas, a tarefa é a de acabar com todo tipo de privilégio e concretizar o objetivo histórico de dissolver as classes na sociedade comunista.

Balanço da VII Assembleia Nacional da ANEL

PSTU enfrenta dificuldades para manter sua política divisionista no movimento estudantil

A VII Assembleia Nacional da ANEL, realizada entre os dias 16 e 18 de novembro, em Maceió, convocada para preparar o II Congresso da ANEL, contou com um reduzido número de participantes – 77 delegados e 250 observadores. Evidenciou as tremendas dificuldades do PSTU em manter a sua política de cisão do movimento estudantil. A forma como os delegados foram eleitos (a grande maioria distante das bases, em reuniões de CA's etc) expôs artificialidade da Assembleia Nacional e que esta, de nenhum modo, podia expressar ou refletir os reais anseios dos estudantes.

É importante lembrar que desde a fundação da ANEL, em junho de 2009, o PSTU vê naufragar seus planos de torná-la a direção nacional do movimento estudantil, ocupando o lugar da UNE governista. Para o PSTU, a solução do problema da burocratização da UNE passava por rompê-la e fundar uma nova entidade com alguns DCE's e CA's. Segundo imaginava, a juventude universitária se desgarraria da velha direção estalinista. Este prognóstico, deslocado da realidade, vem sendo desmentido pelos fatos.

A Assembleia Nacional, mais de três anos após a fundação da ANEL, demonstrou que o método de cisão da UNE não é a via para se constituir uma direção revolucionária ao movimento estudantil.

A Corrente Proletária Estudantil, desde há muito, tem afirmado que a ruptura da UNE, promovida pelo PSTU, não corresponde a nenhum movimento de massas, mas, ao contrário, trata-se de uma ruptura artificial e superestrutural, que serve ao PSTU apenas para criar sua própria entidade. A recusa do PSTU e de pequenos agrupamentos políticos arrastados por ele (alguns hoje se negam a construir a ANEL), em travar um duro combate contra a burocracia da UJS/PCdoB e do PT no interior da UNE, não é outra coisa senão a manifestação sectária do afastamento dos centristas perante a tarefa de libertar o movimento estudantil do controle estalinista e reformista.

Os trabalhos da Assembleia

A despeito do pequeno número de participantes, houve atrasos em quase todos os espaços de eventos e até mesmo o cancelamento de alguns. Na abertura dos trabalhos, o tom ufanista predominou na mesa coordenadora. Para ela 'sem a ANEL, as lutas estudantis simplesmente não existiriam'. Em seguida, esforçou-se durante todo o evento, para ocultar que a ANEL restringe-se praticamente ao PSTU, que é um aparelho seu, longe de ser uma verdadeira organização nascida da luta de base. Essa linha de atuação permeou toda a intervenção dos centristas na Assembleia. Nos grupos de discussão, os temas que mais polarizaram foram: a) a aprovação da lei das Cotas; e b) o problema da ruptura com a UNE.

Sobre a lei das cotas, o PSTU defendeu a sua aplicação contrapondo-a à defesa do livre acesso ao ensino a todos e em todos os níveis. Não votou a desvinculação das cotas sociais

das raciais, proposta por participantes. Uma parcela se colocou contrária à posição do PSTU, que ainda assim foi aprovada. A Corrente Proletária defendeu a bandeira do livre acesso a todos em todos os níveis de ensino e explicou porque a lei das cotas é impotente para resolver o grande problema do acesso da juventude oprimida ao ensino superior.

Sobre a UNE, o debate mostrou que a defesa da ruptura defendida pelo PSTU não foi superada, prova disso foi que delegados de base apresentaram, na plenária final, uma proposta de que a ANEL atuasse no CONEB da UNE. A Corrente Proletária explicou que não se tratava apenas da ANEL ir ao Congresso das Entidades de Base da UNE, mas de construir uma oposição antiburocrática no interior da entidade, que atue por dentro e por fora e levante uma plataforma de luta defendendo as reivindicações mais sentidas dos estudantes.

Mais de uma vez ficou claro que para o PSTU a tarefa era a de construir atividades somente com a Conlutas, fortalecendo o divisionismo sindical, como foram as votações na defesa de uma campanha em conjunto com o MML. Defendemos que a tarefa é de fazer um chamado a todas as entidades e não apenas as que o PSTU tem controle. A votação precisou ser refeita, pois houve dúvidas quanto ao resultado.

Moção de apoio: Delegados do PSTU propuseram a moção de apoio (sem que estas estivessem escritas) às chapas que constroem a ANEL. A Corrente Proletária pediu destaque e formulou uma moção de apoio geral às correntes e chapas que se coloquem pela independência política frente aos governos e reitorias, embora novamente tenham ganhado ficou evidente que para o PSTU a tarefa principal do movimento estudantil é a construção da ANEL (e não as lutas estudantis) como aprovaram no regimento do II congresso.

O destino da ANEL nas mãos do PSOL

A Assembleia Nacional aprovou os nomes da Comissão Organizadora do II Congresso. O fato curioso é que, mesmo após ser eleita em plenário, estará aberta para que outros coletivos, não presentes na assembleia, indiquem nomes (na realidade ao PSOL). Após a experiência de três anos com a ANEL, o PSTU sabe que seu empreendimento poderá ter o mesmo destino da extinta CONLUTE, caso permaneça isolada e não consiga atrair as correntes do PSOL ainda ligadas à UNE. Por mais de uma vez, o PSTU demonstrou estar disposto até mesmo a mudar o nome da entidade - "até mesmo o nome da entidade poderá estar em discussão no congresso", diziam as lideranças estudantis do PSTU aos psolistas renitentes da UNE. Para atraí-los, impediram que a assembleia decidisse pelo local e a data do II Congresso, tudo para melhor servir aos seus aliados psolistas a quem suplicam para que os salvem da falência de mais este empreendimento. Eis para que serviu o VII Assembleia da Anel.

Aos participantes da VII Assembleia Nacional da ANEL

A VII Assembleia na ANEL acontece num momento em que acentua-se a desaceleração econômica e o governo burguês de Dilma (PT/PMDB/PDT/PSB/PC do B etc) adota medidas de proteção ao capital nacional e internacional e ataca as condições de vida dos trabalhadores e juventude pobre, como se viu no caso da desoneração da folha de pagamento. A crise mundial capitalista, por sua vez, não dá sinais de enfraquecimento. Nos países da Europa como Espanha, Portugal, Itália, França, Grécia entre outros, os explorados levantam-se contra os governos que querem que o proletariado pague a conta da falência do regime. Fazem greves, bloqueiam estradas, paralisam os transportes e enfrentam-se com os partidos burgueses “socialistas” ou imperialistas e seu aparato militar para combater as políticas de austeridade fiscal, corte de salários e aposentadorias. Os estudantes brasileiros em todo o país se deparam com uma profunda crise no ensino e uma violenta desagregação da juventude mergulhada na barbárie social (consumo de drogas, assassinatos, tráfico, etc), mas por enquanto não tem reagido à altura. Por esta razão, ganham extraordinária importância os congressos e assembleias estudantis de caráter nacional. É que quando os estudantes se põem a debater e lutar por melhores condições de vida e estudo tendem a se aproximar das idéias revolucionárias. Hoje, é urgente que os jovens se incorporem à luta defendendo com especial atenção as bandeiras de: passe livre para estudantes e desempregados; emprego a todos e livre acesso ao ensino em todos os níveis. A recente greve das Universidades Federais, que não conseguiu achar uma direção à altura no ANDES-SN, e por isso foi rechaçada com força pelo governo Dilma, mostrou a boa disposição de luta do professorado universitário, mas mostrou também que somente a luta unificada da comunidade universitária/escolar, com grandes ações de massa e conjuntas, dos que estudam e trabalham, é que torna possível derrotar as pretensões da burguesia para com o ensino e para a vida das massas. A importância desta IV Assembleia nacional da Anel está em permitir que a juventude discuta, debata e encaminhe planos de luta e bandeiras para a defesa do ensino. As direções estudantis atuais (sejam governistas, como PT e PC do B, que dirigem a UNE, ou as centristas como PSTU e reformistas como o PSOL) se negam à tarefa de elevar politicamente a juventude e organizá-la para enfrentar os acontecimentos vindouros. A crise que se desenvolve obrigará os governos municipais, estaduais e federal a lançarem-se num ataque aos trabalhadores. Infelizmente, a juventude ainda está longe da construção do partido operário revolucionário, para resistir as estas investidas.

É preciso que a assembléia nacional faça um balanço da política tirada no seu último congresso em 2011 onde foram aprovados como principais lutas a campanha LGBT e os 10% do PIB para a educação.

1 - É preciso conter um balanço crítico e autocrítico do que tem sido a construção da Anel e sua atuação. Vimos que sua cisão com a UNE não a levou a construir uma alternativa de direção no movimento estudantil. A Anel não se constituiu

numa organização de unificação e centralização nacional das lutas estudantis, ao menos de uma fração significativa dos estudantes. Não atuou em frente única com a UNE, nem a chamou a fazê-lo, nas grandes questões que a conjuntura colocou. Se em alguns movimentos esteve presente e agiu em favor da organização geral dos estudantes (greve das federais), em outros chegou a constituir o freio do movimento, chegando ao ponto de atacá-lo (ocupações na USP) ou de ajudar a dissolvê-lo (greves estudantis na USP e Unifesp). A greve das federais mostrou como a Anel se constrói à margem da massa estudantil. Em plena greve das federais, realizou-se uma Assembleia Nacional do Rio de Janeiro com poucas dezenas de delegados. A repressão tem sido despejada contra os estudantes que se mobilizam e não há uma campanha de defesa dos lutadores e das reivindicações. Além disso, temos visto o crescimento do domínio do ensino privado sobre o público e a ausência de uma política de defesa do ensino público a todos, que passa pela estatização sem indenização de toda a rede privada e controle da universidade pelos que estudam e trabalham.

2 - É preciso realizar uma discussão sobre a unidade e o revisionismo nas organizações estudantis. A Corrente Proletária defende o princípio da unidade organizativa dos estudantes. Combatemos a direção governista e burocrática da UNE, e defendemos que se construa uma fração de oposição revolucionária para derrotar a atual direção, que atue dentro e fora da UNE. Mas fomos contra a cisão da UNE e formação da Conlute e depois Anel, porque a divisão enfraquece o movimento, fortalece a burocracia que controla a entidade e porque não expressa uma posição dos estudantes, mas sim um movimento de correntes e aparatos. Que resultou na criação de outro aparato, só que controlado pelo PSTU.

3 - plano de lutas: em geral, os planos de lutas aprovados nos congressos são limitados a calendários de atos públicos que não integram um plano de combate pelas bandeiras gerais dos estudantes. Defendemos que se discutam e se aproveiem as bandeiras de luta de defesa do ensino público a todos, fim da repressão aos movimentos e unidade com os explorados contra os exploradores, e que a defesa dessas bandeiras seja feita com os métodos da luta de classes (greves, ocupações etc.).

Balanço da greve das federais:

A Corrente Proletária mostrou, desde antes da deflagração nacional da greve, que os professores e funcionários, com apoio dos estudantes, se levantavam contra a política privatista do governo federal, em particular o Reuni. E que o choque objetivo se dava contra essa política, mas as direções estavam trabalhando para limitar o movimento à negociação de um plano de carreira e um índice de reajuste salarial. Tratava-se da Anel se colocar em defesa da luta organizada e centralizada nacionalmente para combater a política privatista do governo e defender o ensino público, colocando a bandeira de fim do ensino privado e estatização sem indenização, ao mesmo tempo em que se colocava a necessidade de organizar um movimento que unisse os que estudam e trabalham ao funcionalismo, jun-

tamente à classe operária ameaçada de demissões. O comando de greve, proposta correta, foi desmontado antes do final da greve, conforme orientação do PSTU.

Política de cotas:

O governo fez aprovar sua política de cotas, criticada pela direção da Anel como limitada. A Corrente Proletária tem defendido sempre a bandeira de vagas para todos, com o fim do ensino privado. A política de cotas se insere no quadro de preservação da exclusão da maioria do acesso ao ensino superior, ou seja, não aumenta o número de vagas existente – limita-se a discutir o critério de exclusão. Dessa forma, a maioria negra, que é a massa de explorados mais empobrecida no país, continua de fora da universidade. A renúncia à defesa consequente do ensino público para todos, que passa pelo fim do ensino pago é o verdadeiro obstáculo ao acesso da maioria negra ao ensino superior.

10% do PIB pra Educação.

Defendemos em todos os fóruns do movimento estudantil a necessidade de luta pela expropriação da rede privada, como meio para se atingir o ensino público e gratuito a todos. Quanto ao orçamento, nossa posição é a da real autonomia universi-

tária, em que os que estudam e trabalham discutem e decidem na assembleia geral universitária o orçamento necessário, cabe aos governos cumprir essas necessidades. A bandeira de 10% do PIB pra educação foi primeiro defendida pela direção governista da UNE, que coloca esse objetivo para daqui a alguns anos, contempla o subsídio ao ensino privado e depende das cotas da exploração do petróleo do pré-sal para se realizar. A direção da Anel (PSTU) e a maioria da oposição de esquerda da UNE (PSol) têm defendido os mesmos 10%, mas “já” e limitados ao ensino público. Os 10% defendidos não resolveriam o conjunto dos problemas da educação, mas seriam um aumento das verbas atuais. Só que os métodos de luta para se conquistar esses 10% não têm levado à mobilização geral. A defesa da UNE, que se limita aos conchavos no parlamento, ou a pressão parlamentar, defendida pelo PSol/STU, não levarão à sua conquista. Na verdade, os métodos de luta se ligam à política geral. Como os 10% foram levantados como bandeira para a conciliação pela direção da UNE, provou-se como é difícil “esquerdizá-la” ao ponto de levar a um choque das massas estudantis com o governo, como pretendem PSol/PSTU. Ao contrário, a defesa do ensino público a todos permite unir o conjunto da juventude, em especial aquela que está fora da universidade, para enfrentar os capitalistas e o governo.

Bases para resoluções da Assembleia nacional dos Estudantes Livres (Anel)

1. A privatização da universidade e o diminuto crescimento do sistema público se constituem em obstáculo ao livre ingresso da juventude ao nível superior. A mercantilização ganhou terreno em detrimento do ensino estatal gratuito. A política educacional do governo petista não reverteu essa tendência. Pelo contrário, impulsionou-a com o PROUNI. O REUNI que, em tese, viria para ampliar o sistema público, de fato, foi concebido como apêndice do PROUNI. Está claro que nenhum governo da burguesia reverterá as tendências mercantis que tomaram conta do ensino superior. **Somente a classe operária poderá impor um programa de ataque à privatização e de defesa da constituição de um sistema único, estatal, vinculado à produção social.** A juventude deve ser incentivada a lutar pelo fim do ensino privado. É preciso realizar uma campanha sistemática em torno da expropriação sem indenização do sistema privado de ensino e sua estatização, sob o controle de quem estuda e trabalha. A ANEL deve superar a política ditada pelo PSTU de defesa formal e demagógica do ensino público, que acaba ocultando e se submetendo à coexistência do sistema público com o privado. Que a Assembleia da ANEL aprove como objetivo a adoção de um programa proletário para a educação, a ser amplamente defendido no seio do movimento estudantil e que servia de base para sua organização.

2. A experiência com a tal da democratização da universidade comprova que a burguesia e seu Estado caminham no sentido contrário – recrudescem o autoritarismo e a militarização policial dos campi. A cada luta em que os estudantes radicalizam o método da ação direta, o governo e a burocracia universitária se tornam mais repressivos. Os processos e expulsões contra a vanguarda combativa na USP e as ameaças contra os estudantes da UNIFESP de Guarulhos são sintomas da criminalização do

movimento social. As eleições para reitor e órgãos da universidade se extenuaram, tamanha a farsa democrática. A burocracia universitária docente não tem como esconder que é um braço do Estado e um canal da política governamental. A bandeira reformista de democratização da universidade bateu contra a parede do autoritarismo burguês. Essa situação é positiva: permite que se desmascare a política pequeno-burguesa que vigora no seio da universidade. **É preciso, porém, que se trabalhe sistematicamente a defesa da autonomia universitária, que tem por base a constituição da Assembleia Universitária Soberana.** Somente a derrota da burocracia docente e a ruptura do controle estatal sobre a universidade podem colocar o movimento estudantil em posição politicamente independente da burguesia e em confluência com o proletariado, a classe revolucionária. O controle da universidade e do processo educacional por quem estuda e trabalha constitui a coluna vertebral da democracia universitária. A ANEL tem sido incapaz de desmascarar o democratismo pequeno burguês e de lutar pela Autonomia Universitária. Há que mudar essa política.

3. O sistema de cotas para negros, indígenas e estudantes pobres que cursam o ensino público foi definitivamente sancionado pelo governo federal. Agora, virá o problema de como implantá-lo. Está claro que se deve exigir que se cumpra integralmente. Mas não porque se estará democratizando o acesso à universidade, fazendo reparos históricos aos negros e combatendo o racismo. Tão-somente porque a experiência deverá ser realizada. A política de “ações afirmativas” do governo, sustentada pelo restrito movimento pequeno-burguês de negros e apoiada por organismos internacionais do imperialismo, já nasceu fracassada, por se tratar de uma impostura. Uma gota d’água não faz transbordar o rio. A imensa maioria

de jovens negros, brancos e índios está impedida de continuar os estudos. Mais ainda, grande contingente de crianças de famílias miseráveis não consegue se alfabetizar e uma multidão de jovens não pode prosseguir no grau médio. E dessa realidade de que devemos partir. A brutal discriminação sobre os negros deve ser enfrentada por meio do combate da maioria oprimida e, portanto, da luta de classes. O “movimento” dos cotistas, das ações afirmativas, rechaça a luta de classes e se socorre da política institucional da burguesia. O palavreado de direitos históricos dos negros morre no altar da grande propriedade burguesa, da exploração do trabalho e do Estado capitalista. A ANEL esteve submetida a essa diretriz pequeno-burguesa. Está obrigada a fazer um balanço crítico, que extirpe a orientação que a levou à convivência com as “ações afirmativas”. **A bandeira que expressa a luta da juventude oprimida – negra, branca e indígena – é do acesso direto e livre ao ensino superior, fim dos vestibulares, sistema único de ensino público. Mas não deve ser defendida isoladamente. Integra o programa proletário para a educação e de defesa da juventude.**

4. A ANEL deve responder à opressão geral sofrida pela juventude. As reivindicações de emprego, salário e educação estão interligadas. A privação de milhões de jovens a necessidades elementares decorre da exploração capitalista do trabalho. **A luta começa por exigir emprego e educação a todos. Nenhum jovem fora da produção social, nenhum jovem fora da escola.** Essa bandeira deve ser assumida pela ANEL e convertida em reivindicações, que combinem o trabalho com o ensino. Metade do tempo deve ser dedicada às atividades na produção social e metade na aprendizagem. A ANEL tem o dever de fazer uma campanha de defesa da concepção transformadora da educação. O processo educacional parte da aprendizagem na produção social e se desenvolve na compreensão teórica. A educação burguesa, ao contrário, não permite a re-

alização dialética entre prática e teoria. A luta por uma educação vinculada à produção social se choca com a dominação capitalista e com sua escola de classe. O programa proletário para a educação responde não apenas às necessidades emergenciais de toda a juventude, mas sobretudo à tarefa desta de confluir com o movimento histórico da revolução social. A conquista de uma escola científica passa pela expropriação da burguesia e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista. A ANEL carece de um programa proletário para a educação, está limitada pela política reformista do centrismo e assim não pode cumprir a tarefa de unir a juventude oprimida em torno da classe operária. Que se discuta essa avaliação e que se tomem medidas para superar as deformações assinaladas.

5. É preciso que ANEL se coloque diante da matança policial de jovens, particularmente de negros. Nesse momento, São Paulo está sobressaltada pelas chacinas. O Rio de Janeiro tem as favelas e bairros pobres sitiados pela PM, Força de Segurança Nacional (criada por Lula) e Forças Armadas. A tendência é que isso ocorra em todos grandes centros urbanos. O avanço da criminalidade e o agigantamento do aparato repressivo do Estado correspondem à polarização entre miséria e riqueza, que por sua vez se assenta na estrutura econômica do capitalismo em decomposição. A burguesia tem promovido a militarização da vida social em escala antes desconhecida. Essa é a via de sufocar a criminalidade com sangue e criar o terror sobre a população. O resultado é que expressa a barbárie, que não tem como ser debelada pelos métodos de dominação capitalista. **A ANEL deve levantar o programa de defesa da juventude, que tenha por estratégia a revolução proletária. Deve rechaçar as chacinas e se colocar pela constituição de um Tribunal Popular, representado pelas organizações sindicais, pelas correntes que se reivindicam da luta anticapitalista e de delegados de base.**

Conter o golpe da consulta armado por alguns professores

Somente a ASSEMBLEIA UNIVERSITÁRIA pode decidir sobre o destino da UNIFESP

Aos estudantes, funcionários e professores que não se submeteram à burocracia autoritária

Finalmente, a Congregação, no dia 12 de novembro, aprovou o formato da consulta sobre a permanência ou mudança da Unifesp de Guarulhos. Eis a fórmula: o voto dos professores pesará 70%, o dos funcionários 15% e o dos estudantes 15%.

Está claro que não se tratará de uma consulta, mas de uma fraude para legitimar a posição da burocracia docente, que não admite construir o prédio da Unifesp no Bairro dos Pimentas. Os estudantes devem denunciar essa farsa democrática como um golpe dos docentes, convocar um **ASSEMBLEIA UNIVERSITÁRIA** e iniciar imediatamente uma campanha de **BOICOTE**.

Derrotar o golpe da burocracia universitária

A consulta é uma ação preparada por cima da universidade pela burocracia e aprovada pela Congregação, que é controlada por essa mesma burocracia docente. Os estudantes e funcionários não tiveram poder algum de decisão. Inclusive não se abriu a discussão entre os três setores se era necessária ou não

uma consulta plebiscitária.

Não se discutiu se esse recurso da democracia formal era o melhor meio para se decidir sobre a posição de um grupo de professores que querem transferir a Unifesp do Bairro dos Pimentas. Não discutiu a convocação de uma **ASSEMBLEIA UNIVERSITÁRIA**. Tudo está sendo feito pelos canais burocráticos (Reitoria, Congregação, Departamentos), inteiramente dominados pelos docentes.

A consulta não é o resultado da mobilização dos três setores, mas uma imposição dos docentes por meio da burocracia autoritária. Não há nada de democrático. Os estudantes são apenas os pacientes de uma ação interesseira de um grupo de professores que renegam o Bairro dos Pimentas como local da edificação da Unifesp.

Justamente a casta que combateu nossa greve e que se valeu da invasão policial do campus está com a iniciativa política. O movimento estudantil se desarmou com o fim da greve e se mostra sem uma direção centralizada capaz de organizar uma resposta à ofensiva golpista da burocracia. É preciso que se convoque com urgência a **ASSEMBLEIA ESTUDANTIL**,

QUE SE REESTRUTURE O COMANDO DE LUTA E QUE SE INICIE UMA CONTRA-OFFENSIVA AO GOLPISMO. NÃO À FARSA DA CONSULTA IMPOSTA PELOS PROFESSORES, POR UMA ASSEMBLEIA UNIVERSITÁRIA.

POR UMA VERDADEIRA DECISÃO DEMOCRÁTICA

Quem colocou a transferência da Unifesp foi um grupo de professores. Ao contrário, nós estudantes fizemos greve, ocupamos a diretoria acadêmica, enfrentamos a repressão da reitoria, a invasão policial e arcamos com processos sob a bandeira de **CONSTRUIR A UNIFESP DE GUARULHOS**.

No momento em que estávamos próximos de conquistar a construção, uma camarilha de docentes se lançou contra a Unifesp no Bairro dos Pimentas. A maneira de se impor é fazer com que os estudantes votem pela saída do Pimentas em uma consulta ditada e controlada pela casta. Tudo tem de parecer bem democrático. É nosso dever desmascarar a farsa que acoberta o golpe. Os golpistas contam com nossa desorganização, com a despolitização e com o aparato institucional, inclusive com a autoridade burocrática dos docentes.

Se os professores querem transferir a Unifesp, devem se sujeitar à discussão aberta e coletiva. Devem se desfazer de seu poder autoritário emanado da instituição. Devem, portanto, se sujeitar a uma **ASSEMBLEIA UNIVERSITÁRIA, convocada e organizada entre os três setores**.

Na **ASSEMBLEIA UNIVERSITÁRIA** os estudantes, funcionários e professores votarão direta e livremente as propostas de permanência ou de transferência. Estará assegurada a igualdade de defesa para os três setores, com seus respectivos representantes. A votação se dará depois da ampla discussão e do convencimento dos presentes. Essa é a via de fato democrática para resolver a divergência.

Que consulta será essa?

Como dissemos, a consulta é uma imposição de cima para baixo. Os estudantes e funcionários estarão sob o poder da burocracia e se arrastarão por trás dela caso não consigam rechaçar a manobra. Os estudantes da Letras, em assembleia no dia 7 de novembro, com aproximadamente 15 estudantes, influenciados pelo departamento, aprovaram o formato da consulta de 70% para os professores, 15% para os funcionários e 15% para os estudantes. Está claro que se trata de uma arregimentação, que tem por trás professores que controlam um grupo de estudantes a eles vinculado.

O absurdo é visível. Por que os professores têm um maior que estudantes e funcionários somados? Por que cada professor tem o peso 70 vezes maior que cada estudante, enquanto somos a esmagadora maioria? Por que dissolver o voto da maioria e concentrar o da minoria? A resposta é simples: porque os professores ditam a consulta e porque se colocam como um poder autocrático acima dos estudantes e funcionários.

E se fosse paritário? Mesmo assim os estudantes estariam em posição secundária na decisão. Aqueles que estão com a bandeira da paridade capitulam vergonhosamente. O poder dos professores e dos funcionários se mantém imenso, considerando que somados continuam ultraminoritários.

E se fosse universal? Estaria condizente com o princípio formal da democracia, que deve presidir uma consulta. Mas por que então não defender a consulta com voto universal? Por

que se trata de uma imposição da casta burocrática que precisa legitimar sua decisão de transferir a Unifesp.

A consulta não resultou de uma decisão dos três setores, que seria democrático, mas tão-somente de um grupo de docentes e da Congregação que está em seu poder. Como dissemos, trata-se de um golpe e não de uma decisão democrática. Mas não se trata apenas desse aspecto. Somente no seio da luta direta se pode decidir democraticamente os caminhos a tomar. No caso poderia resolver a divergência: se se deveria decidir por meio de uma **Assembleia Universitária ou de uma Consulta plebiscitária**.

Mas os professores e funcionários não participaram na greve que se insurgiu contra a caricatura da Unifesp e em defesa de uma verdadeira universidade pública. Assim, os professores não se valem da discussão e decisões coletivas das assembleias. Mas se valem do poder burocrático emanado da instituição e das relações de opressão existentes no processo educacional da escola a de classe.

Superar a desorganização do movimento estudantil

Depois da Assembleia que decidiu o fim da greve, sem discutir e tomar medidas de continuidade da luta, veio a dissolução e a desorganização organizativo do movimento. Desgraçadamente, o PSTU conseguiu que a Assembleia votasse contra nossa proposta de constituir o comando geral de continuidade.

Mas certamente esse não é o único problema. O fundamental é que a vanguarda que sustentou com a ocupação e com as manifestações não se forjou como uma direção política. Refluiu e se desintegrou com o fim da greve. Hoje se marca e desmarca a Assembleia por decisão de alguém que não se sabe quem é e de onde tirou tal poder de decisão. Bem no momento que mais precisamos da Assembleia para responder ao golpe da consulta, se desmarca a Assembleia pela internet. Uma irresponsabilidade total, que somente ocorre porque não conseguimos forjar uma direção política na greve.

Em parte devemos atribuir a responsabilidade a algumas correntes de esquerda, que não querem se confrontar com a ofensiva reacionária dos docentes. A **CORRENTE PROLETÁRIA ESTUDANTIL DEFENDE QUE SE REÚNA IMEDIATAMENTE A MILITÂNCIA PARA REORGANIZAR O MOVIMENTO, CONVOCAR ASSEMBLEIA GERAL ESTUDANTIL E RECHAÇAR O GOLPISMO DA BUROCRACIA ELETISTA**.

Não se descuidar dos processos

Depois da violência policial, vem a criminalização judicial. É assim que a burguesia e seus capachos combatem o movimento social. Os processos correm soltos sem que organizemos o combate pelo seu fim. Temos de reverter essa situação.

Se o movimento não responder ao ataque contra os seus lutadores sofremos uma dura derrota política. O pior que pode acontecer é permitir que os opressores continuem com sua sã repressiva. Há que se vincular a luta contra a criminalização com o golpe da consulta. **ORGANIZEMOS MANIFESTAÇÕES PELO FIM DOS PROCESSOS E PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS. QUE NENHUM LUTADOR SEJA EXPULSO DA UNIVERSIDADE**.

Organizar a Corrente Proletária Estudantil Constituir a direção política

A dura experiência do movimento estudantil na Unifesp de Guarulhos nos mostra que sem formar uma direção política as

lutas se esgotam em si mesmas. Uma das conquistas mais importantes e mais consistentes de uma greve é a elevação da consciência política das massas e o fortalecimento de sua direção. Quando isso não ocorre, temos que a greve foi conduzida por uma direção improvisada e que não conseguiu superar o imediatismo.

Uma greve é apenas um momento de uma longa jornada de lutas, que por isso sai fortalecida quando sua direção se mantém soldada às bases e as ajuda a continuar organizadas. Isso não tem acontecido.

Reconhecemos nossa debilidade de militância diante dessa monumental tarefa, que é a de constituir a direção política. Temos a certeza de que nossas posições vêm se confirmando e

temos sido conseqüentes no combate programático. As nossas publicações são fruto da experiência e expõem a convicção de que o Partido Operário Revolucionário (POR) procura elevar a consciência dos estudantes, que não é senão a consciência de classe do proletariado. Mas não deixamos de reconhecer nossas debilidades organizativas.

É com base nessa avaliação crítica e autocrítica que chamamos os estudantes a entrarem na Corrente Proletária Estudantil e no POR. As posições, idéias, programa têm de ser encarnados pela militância disciplinada e dedicada para avançar a luta dos explorados. Ingresse no POR, construa a direção política do movimento estudantil.

Ceará: o governo Cid Gomes impõe reajustes diferenciados, que não repõem as perdas salariais, com o conluio da APEOC

Depois de um ano da traição da burocracia da APEOC (Anízio/PT, Penha/PTD, PCdoB e PCB) em que pôs fim à greve histórica da categoria pela imediata implantação do piso nacional, foi instalada a mesa de negociação permanente (mesa de enrolação). Os encontros ocorriam às portas fechadas. Aí, sem a presença da base, os burocratas fizeram todo tipo de conchavos com a SEDUC.

Para isso, anulou a campanha salarial e não convocou assembleia para aprovar a pauta de reivindicações e um plano de luta para conquistá-las. O resultado não poderia ser outro. Na chamada mesa de negociação, a burocracia aceitou ampliar a divisão entre os professores, imposta pelo governo por meio da diferenciação salarial.

Eis os principais pontos:

a) aumento das gratificações do núcleo de gestores, para reprimir e perseguir melhor os professores. O diretor geral de DNS-2 (R\$ 1.370,77) para DSN-3 (R\$ 1.872,59), um reajuste de 42,9%. Os coordenadores escolares de DNS-1 de R\$ 983,09 para DNS-2, R\$ 1.370,77, que corresponde 33,3% de aumento;

b) o rateio do FUNDEB, na forma de abono entre professores, de duas maneiras: a primeira para os professores que se encontram lotados em sala de aula entre o período de agosto a dezembro de 2012, referente 33% da hora atividade; e a segunda, pelo 14º salário a todos em pleno exercício. Os aposentados não teriam direito à bonificação;

c) criação da gratificação chamada de Parcela Variável Distributiva do FUNDEB (PVR/FUNDEB) na carreira do magistério, principalmente, aos professores em início de carreira. Trata-se de uma gratificação aos portadores de licenciatura plena, referente

aos iniciantes. Ao longo do tempo de serviço, esse percentual vai diminuindo. Assim, o graduado de nível 1 foi de R\$ 1.681,11 para R\$ 2.351,11; o especialista de nível 9 foi de R\$ 2.483,48 para R\$ 2.783,76; o mestre de nível 13 foi de R\$ 3.293,46 para R\$ 3.543,49 e o doutor de nível 16 foi de R\$ 4.448,02 para R\$ 4.648,06.

d) concurso público para 3000 vagas. A rede é composta de 11 mil temporários. Significa que uma pequena parte será efetivada e a grande maioria permanecerá com os contratos precários. A reivindicação de efetivação de todos os professores que estão trabalhando se contrapõe à política governamental de dividir, demitir e manter o trabalho precarizado.

Está aí por que dizemos que uma negociação sem luta entre a direção do sindicato e governo só serve para impor medidas de arrocho e de fragmentação do magistério. O governo se recusa a conceder o reajuste para a reposição das perdas e tomou a iniciativa de discutir o Plano de Carreira. Os burocratas do sindicato caíram como moscas no prato de melado.

O governo acabou impondo os reajustes minguados e diferenciados. Assim, os professores graduados tiveram um reajuste de 40%, os professores especialistas 12,1%; os professores mestres 7,6%, os professores doutores 4,5% e os professores temporários 10%. A divisão do magistério e os reajustes diferenciados dificultam a luta coletiva pela reposição salarial. Era o que o governo queria.

Os professores devem rejeitar a proposta do governo e exigir a convocação de uma assembleia para aprovar as reivindicações que unificam a classe, incluindo os aposentados. Devem rechaçar a conduta da burocracia sindical, que conspira contra os professores.

Declaração de apoio crítico-programático à chapa “UFBA Viva”

Para construir uma APUB democrática, combativa e independente do governo é preciso derrotar a chapa da atual diretoria!

No último período, os professores das Instituições Federais de Ensino (IFES) protagonizaram no país uma das maiores greves da história da categoria, com a adesão de mais de 50 instituições de vários estados. A greve foi desencadeada em razão das condições de trabalho, de estudo e salariais dos três setores das universidades (professores, servidores técnico-administrativos e estudantes), atingidas pela política educacional

do governo federal, de caráter nitidamente privatista.

A greve foi deflagrada em 17 de maio de 2012 pelo Andes – Sindicato Nacional. Em alguns estados, a base dos professores teve de travar uma luta descomunal contra as direções locais nas entidades filiadas ao Proifes-Federação, como foi o caso dos atos cometidos pela direção burocrática, conciliadora e antidemocrática do nosso sindicato APUB. A atual direção

tentou de todas as formas possíveis barrar a greve e, uma vez derrotada em assembleia pela base de 29 de maio, sufocá-la através da desconsideração às decisões coletivas e não reconhecimento do Comando de Greve, eleito em assembleia. O processo aberto contra o Comando de Greve expressou a política burocrática da atual direção.

Após a greve, os professores que participaram ativamente das atividades da greve e do Comando de greve, ligados às correntes políticas (POR, Consulta Popular, PSTU e OT) e independentes iniciaram o debate em torno da constituição de uma ação unificada, que pudesse congrega o setor mais combativo da categoria, das forças políticas e independentes. O critério e o método adotados na constituição da CHAPA UFBA VIVA impossibilitou a participação do Partido Operário Revolucionário (POR), por sua militância, entre os componentes da

chapa.

Apesar de discordarmos do critério adotado na escolha dos componentes e defendermos um programa claro de luta contra a política privatista do governo, chamamos o voto crítico-programático na CHAPA UFBA VIVA, por entendermos que a tarefa imediata é a derrota da burocracia governista, conciliadora e antidemocrática instalada na direção da APUB, que afasta a entidade da base e da luta nacional dos professores em defesa da Universidade Pública. Precisamos reconstituir o movimento de base e fortalecer a luta unificada contra a política privatista em curso, responsável pela desagregação da educação e do ensino superior. **Em defesa da Universidade Pública! Por uma APUB democrática, combativa e de luta, independente dos governos e dos partidos burgueses! Pela retomada do movimento de base! Pela expropriação da rede privada de**

Rondônia: É preciso convocar imediatamente uma assembleia

A Corrente Proletária exige que o sindicato convoque uma assembleia. Os trabalhadores da educação precisam ser informados sobre a chamada **Operação Pretório**, que trouxe à tona as denúncias de corrupção envolvendo os precatórios e o sindicato. Também para responder a questão das pecúnias e as reivindicações não atendidas pelos governos. Cabe lembrar o não pagamento de quinquênios dos 5 mil servidores municipais. O mandato do prefeito Roberto Sobrinho/PT está terminando e a verba foi surrupiada. Como se vê, os problemas são muitos, o final de ano está chegando e o sindicato se encontra cada vez mais encolhido. Daí a importância de uma assembleia unitária (estadual, municipal e federal), com a participação massiva da base. Assim será possível tomar uma decisão em relação à grave situação que envolve o sindicato e os trabalhadores do ensino.

Defender o sindicato e combater sua direção burocrática

Vem crescendo o descontentamento dos trabalhadores da educação com a atuação do sindicato. O descrédito em relação

ao sindicato é muito ruim, porque expressa a despolitização para com o instrumento coletivo de luta. O problema está em sua direção, que é pró-governo. Para defender o sindicato, não tem outra forma senão defender os métodos da democracia sindical, ou seja, as assembleias, plenárias etc. para que as decisões saiam das mãos de sua direção burocrática e que sejam tomadas coletivamente pela classe. Para uma direção burocrática é melhor manter a classe desmobilizada e despolitizada. Os educadores desorganizados são facilmente levados a aceitar a política governamental de canalizar as reivindicações para a legalidade burguesa (parlamento, justiça).

A Corrente Proletária combate essa posição, defende o sindicato como organismo de luta dos explorados e luta contra a direção sindical burocrática. As denúncias de corrupção, que pesam sobre a direção do sindicato e o departamento jurídico, só podem ser respondidas por meio de uma assembleia massiva. Não basta uma nota pública do sindicato. Os trabalhadores da educação devem apurar os fatos e tomarem as medidas necessárias.

Ato Contra o Genocídio em São Paulo

No dia 22 de novembro, ocorreu na Praça da Sé em São Paulo o ato contra o genocídio da juventude negra dos bairros pobres de São Paulo. São mais de 300 mortes, nesses dois meses. Mais de 4000, em 2012.

A direção do movimento conduziu o ato até a Secretaria de Segurança Pública, objetivando realizar uma audiência pública com o novo secretário de Segurança e entregar a pauta de reivindicações. O movimento exige a “responsabilização do governador Geraldo Alckmin” e abertura de “CPI das polícias e grupos de extermínio”.

A Corrente Proletária (POR) denuncia a matança, mas critica a posição do movimento de “exigir responsabilização” do governador e CPI para apurar os fatos. As reivindicações são limitadas à legalidade burguesa. Como apurar a ação da polícia e dos grupos de extermínio por meio de uma comissão parlamentar de inquérito? A verdadeira apuração só pode vir por meio dos tribunais populares, organismos criados pelos trabalhadores. Ao invés de maior “segurança” e CPI, a Corrente Proletária aponta as reais razões que têm arrastado milhares

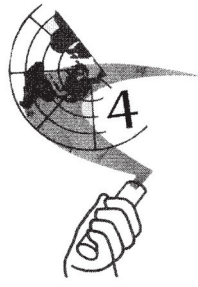
de jovens pobres ao mercado do crime. As causas estão na pobreza e na miséria. O desemprego, o subemprego e o não acesso às escolas recaem sobre a juventude dos bairros operários. Por isso, levanta a bandeira de nenhum jovem sem trabalho e sem escola, por meio da reivindicação de 4 horas na produção social e o restante para os estudos e lazer.

A violência contra a maioria empobrecida expressa a violência de classe do capitalismo. A opressão da juventude não se resolverá com “política de segurança”. A polícia é parte do Estado capitalista e serve para atender os interesses de proteção à propriedade privada. A maioria da juventude enfrenta a violência do desemprego, subemprego, salários miseráveis e da exclusão da escola. Trata-se da violência de classe da burguesia contra a vida da juventude negra e pobre. Estes pobres e negros fazem parte da classe proletária. O capitalismo, sistema que se mantém da opressão da maioria, só pode oferecer maior exploração e maior opressão para a juventude dos bairros operários. A defesa da juventude oprimida é parte do programa do proletariado, que tem como estratégia a derrocada do sistema de exploração do trabalho.

Nesta edição:

- Derrotar a ofensiva militar de sionista de Israel contra os palestinos
- Evo busca descarregar o peso da crise sobre as costas da população
- Greve na Europa (Espanha e Portugal)
- Escola de Quadros Internacional do Comitê de enlace pela Reconstrução da IV Internacional
- Os Capituladores da Terceira onda(1)

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional Aos trabalhadores e à juventude

Derrotar a ofensiva militar sionista de Israel contra os palestinos
Que a população explorada do Oriente Médio se una, saia às ruas e se arme para enfrentar o expansionismo sionista do Estado de Israel, instrumento do imperialismo contra os povos do Oriente!
Que a classe operária mundial apóie a luta do povo palestino pela sua libertação nacional do domínio imperialista!

Mais uma vez o Estado sionista mostra sua prepotência militar atacando a Faixa de Gaza, assassinando lideranças do Hamas e espalhando o terror entre a população com os bombardeios, mortes de civis, entre eles, mulheres e crianças.

O governo de Binyamin Netanyahu conta com o apoio dos Estados Unidos e demais potências. O imperialismo alega que se trata do direito de autodefesa de Israel contra os mísseis lançados pelo Hamas. Os sionistas se apresentam como pobres vítimas da insânia terrorista dos palestinos. O gigantesco aparato publicitário procura convencer a população mundial de que a paz não é possível porque os palestinos insistem em guerrear e em destruir o Estado de Israel. Os sionistas transmitem a propaganda de que os israelenses são pacíficos, que querem conviver harmoniosamente com os demais países árabes e fazer do Oriente Médio uma região de paz e prosperidade. E que somente bombardeiam a Palestina porque não há outra via de defender o Estado de Israel e alcançar a paz.

No entanto, a brutal opressão exercida pela burguesia judia sobre a população palestina mostra o contrário. Israel tornou a Faixa de Gaza em um grande campo de concentração. Desde a divisão da Palestina imposta pelas potências e a criação

do Estado de Israel, a burguesia judia, escorada pelos Estados Unidos, não tem feito senão expandir suas fronteiras, ocupando áreas crescentes do território palestino, avançando sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

Sem a intervenção das potências vitoriosas na 2ª Guerra Mundial, não seria possível criar o Estado sionista no território palestino. E sem que o armasse, não seria possível vencer a guerra de 1948/49 contra os países árabes. A implantação do Estado de Israel foi obra do imperialismo. As guerras que se sucederam na região foram consequências da intervenção externa das potências no Oriente Médio e, particularmente, na Palestina. As vitórias militares do imperialismo por meio de um Estado imposto de fora para dentro contra a resistência dos árabes possibilitaram a ampliação das fronteiras traçadas originariamente em 1947/1948.

A promessa de se constituir um Estado palestino não foi cumprida pela ONU. O objetivo do imperialismo não era o de criar dois Estados, mas tão-somente o Estado de Israel, de forma que a Palestina passaria a ser um território controlado pela burguesia judia. As massas palestinas, que constituíam e constituem a esmagadora maioria, teriam de renunciar a ter

sua nação e de se sujeitar ao Estado imposto definitivamente em 1948.

A resistência dos palestinos contra esse plano vem se chocando contra o poder sionista-imperialista.

Israel se tornou um Estado militarista com o concurso da burguesia norte-americana, armando-se inclusive com arsenal nuclear. Eis por que se constituiu em um braço do imperialismo no Oriente Médio. A burguesia árabe acabou abandonando suas pretensões nacionalistas da década de 1950, submetendo-se à imposição norte-americana. A vitória de Israel na Guerra de Seis Dias, em 1967, foi decisiva para o imperialismo disciplinar a burguesia árabe e para o sionismo fortalecer o seu objetivo expansionista.

A tentativa fracassada do Egito e Síria de retomarem, em 1973, os territórios anexados por Israel tornou ainda mais difícil a situação dos palestinos. O imperialismo exigiu que o Egito reconhecesse Israel e que não facilitasse em nada a resistência palestina. Enfim, o movimento nacional por um Estado palestino foi isolado, contando com apoio restrito do Irã.

Nos territórios ocupados, no entanto, as revoltas da população não permitiram que a opressão ficasse oculta. A violência do governo israelense para sufocá-las acentuou o choque entre o povo oprimido e o Estado sionista opressor. A resposta à “Intifada” de 1984 evidenciou a face genocida da burguesia judia e do imperialismo, tamanha a repressão contra a população desarmada.

Os acordos de Oslo (1993/1995) tiveram como base o reconhecimento de Israel pela Organização pela Libertação da Palestina (OLP), que em troca recebeu uma declaração de devolução do território. Não se devolveram integralmente a Cisjordânia e a Faixa de Gaza à Autoridade Nacional Palestina, que se constituiu. Oslo resultou em uma farsa de autonomia palestina. A capitulação da OLP, sob a direção do conciliador Yasser Arafat, dividiu os palestinos e enfraqueceu a luta contra a expansão sionista. Embora os capituladores estivessem dispostos a ir longe com o reconhecimento do Estado sionista, fracassaram as negociações de Camp David, em 2000. Israel jamais aceitaria retornar às fronteiras de 1967 e não permitiria a volta de milhões de palestinos expulsos de sua terra.

A política da burguesia judia, ao contrário, primou por trazer 1 milhão de judeus eslavos, de forma a impulsionar a colonização das áreas ocupadas. Rios de dinheiro têm sido canalizados para sedimentar as regiões anexadas. Essas medidas recrudesceram o conflito, recaindo a violência sobre os palestinos.

A retirada das forças de ocupação de Gaza em 2005 - saudada como boa vontade de Israel - foi acompanhada de uma ofensiva dos assentamentos na Cisjordânia. A última tentativa de um acordo expôs o quanto a Autoridade Palestina estava disposta a ceder. Mahmoud Abbas aceitou a formação de um Estado sem forças armadas e uma limitada volta de palestinos. Mesmo assim, Israel não admitiu retroceder suas colônias. A Conferência de Annapolis, que discutiu esse acordo nos Estados Unidos, ocorreu em novembro de 2007. Nesse

mesmo instante, Israel armou um total bloqueio econômico à Faixa de Gaza, o que foi acompanhado pelo Egito - cerca de 1,5 milhão de palestinos foram confinados e passaram a enfrentar uma miséria generalizada, jamais vista entre os palestinos.

Estão aí as razões históricas e materiais do Hamas se utilizar de foguetes inofensivos diante da tecnologia militar de Israel. É legítimo que a resistência dos oprimidos recorra a todos os métodos de luta para enfrentar o terrorismo imperialista. A vontade dos sionistas é a de que os palestinos se ajoelhassem diante de seu poderio econômico (grande parte proveniente do imperialismo) e militar e permitissem ser colonizados.

Em dezembro de 2008, a burguesia sionista invadiu Gaza, sob o mesmo argumento de autodefesa. A “Operação Chumbo Grosso” matou 1,4 mil palestinos. Agora, a “Operação Pilar de Defesa”, voltou aos bombardeios e massacres.

É preciso denunciar severamente a posição demagógica do Egito. A retirada de sua diplomacia de Israel não passa de um ato formal de protesto. O governo da Irmandade Muçulmana mantém a dependência do país perante os Estados Unidos. A revolta popular que lhe deu o poder é incompatível com a conservação da política da ditadura de Hosni Mubarak, que garantiu o livre movimento militar de Israel contra os palestinos e colaborou com o cerco à Gaza.

A vergonhosa atitude do presidente Mohamed Morsi deve ser condenada pelos explorados do Oriente Médio e pelo proletariado mundial. Há que exigir nas ruas a ruptura dos acordos com Israel, o fim dos bloqueios na fronteira de Gaza e que haja apoio econômico-militar aos palestinos.

Sabemos que a “Operação Pilar de Defesa” não é senão mais um ato na se-

quência trágica de implantação do Estado de Israel por decisão do imperialismo no Oriente Médio. É preciso criar as condições para que as massas empunhem as armas contra o imperialismo e o Estado sionista (não contra os trabalhadores judeus).

A 1ª e a 2ª Guerras Mundiais permitiram às potências dividir o Oriente Médio em fronteiras nacionais, segundo seus interesses colonialistas. No fundo estão, principalmente, as gigantescas jazidas de petróleo. A região constituiu-se em um ponto estratégico na divisão do mundo pelo capital internacional. Por seu desenvolvimento histórico, manifestam-se contradições e choques explosivos, potenciados pelo domínio das metrópoles.

Na Síria, a guerra civil, que projetou o movimento pela derubada da ditadura de Assad, caminha para uma intervenção imperialista. A determinação da burguesia iraniana, por meio de seu regime nacional-teocrático, de garantir a soberania do País abriu, desde a “revolução islâmica”, um confronto com os Estados Unidos, seus comparsas europeus e Israel. Tudo caminha para uma intervenção militar. A crise da Palestina expressa uma conflagração maior. Quanto mais Israel progredir no seu objetivo expansionista, mais se potenciará o domínio imperialista e mais se reforçará o esmagamento das massas.

A estratégia revolucionária é a que coloca a unidade dos explorados e armamento das massas para derrotar o sionismo



e o imperialismo. O objetivo de colocar nas mãos da maioria oprimida a autodeterminação das nações semicoloniais do Oriente Médio corresponde à estratégia do proletariado de vencer a opressão imperialista e a opressão de classe. A feudal-burguesia árabe se mostrou caduca historicamente para conquistar a independência e a autodeterminação nacional. A falência da Autoridade Nacional Palestina perante a tarefa de destruir o Estado sionista e conquistar uma Palestina unificada é mais uma dessas inúmeras provas de caducidade da feudal-burguesia.

Os acontecimentos mostram que somente com a derrota do imperialismo, arrancando-lhe todo poder econômico, as nações oprimidas se emanciparão e se encaminharão para resolver as tarefas democráticas pendentes. Mas a derrota do imperialis-

mo virá por meio da luta de classes. A feudal-burguesia árabe é uma trava ao combate antiimperialista dos povos.

As forças que de fato se empenham por restabelecer a unidade da Palestina, por defender o Irã contra a ameaça de guerra, por rechaçar a intervenção das potências na Síria e por acabar com a militarização imperialista do Oriente Médio devem se organizar em uma frente única antiimperialista, sob a estratégia da revolução proletária.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional está pela derrocada do Estado sionista e pela unidade palestina sob um Estado socialista, que como tal tem de estar sob o controle da classe operária em aliança com os camponeses.

Pelo fim da opressão sionista na Palestina! Expulsar o imperialismo!

Bolívia : últimas medidas econômicas procuram encobrir as consequências da crise internacional

Igualmente a todos os governos burgueses, Evo busca descarregar o peso da crise sobre as costas da população

Durante as últimas semanas, o governo do MAS tem estado muito ativo em elaborar medidas econômicas que imediatamente alvoroçam os diferentes setores que são afetados com as mesmas.

O projeto de lei sobre a “extinção do domínio de bens” em favor do Estado, a obrigação dos que recebem acima de 13.000 bolivianos de “recolher” em benefício do “regime solidário de pensões”, a milionária venda de bônus no estrangeiro, a precipitada aprovação da Lei Financeira, fixando um miserável incremento de soldos e salários que não chegam a 6% e outras têm a clara finalidade de reservar dinheiro e captar recursos para o Tesouro e ao regime de pensões que, antes de ser plenamente aplicado, cambaleia.

O governo percebe que muito rapidamente se vão sentir no país os efeitos da descomunal crise internacional que está sacudindo as bases do capitalismo e que não existem perspectivas auspiciosas no negócio de venda de gás para o Brasil e para a Argentina, que a exportação dos minerais também pode sofrer uma sensível queda como consequência da recessão industrial mundial.

Por outro lado, percebe que a tormenta dos conflitos sociais se arma no horizonte em torno de muitos problemas não resolvidos, como o miserável incremento de soldos e salários; os salários de fome para os setores com maior potencial de conflito, como são os professores, mineiros, operários fabris, etc.; outros problemas de diferente natureza que fazem a estrutura própria do país (regionais, conflitos de limites, enfrentamentos entre diferentes formas de propriedade, recursos para os serviços mais importantes como educação e saúde, etc.).

O problema central para o governo é como impedir que as ondas expansivas da crise mundial tenham efeitos devastadores sobre a débil economia do país e, igualmente a todos os governos burgueses do planeta pretende descarregar sobre os ombros da população o peso da crise; cada uma das medidas econômicas que pretende aplicar afeta direta ou indiretamen-

te os diferentes setores, piorando suas condições de vida e de trabalho; a resposta natural dos atingidos é a ação direta, que se materializa em bloqueios de estradas, marchas, greves, ocupação dos locais de trabalho, etc.

O que tem de diferente o governo de Evo Morales do governo de Rajov, por exemplo? Por acaso ambos não procuram uma saída da crise às custas de afetar as conquistas sociais dos trabalhadores, de reduzir o salário real, a renda dos aposentados, etc.? Todos os governos que defendem os interesses da classe dominante na Grécia, na Espanha, na Itália, na China ou na América, têm uma regra de ouro: como garantir que os donos dos grandes meios de produção sofram o menor impacto possível de uma crise que o sistema capitalista está gerando mas às custas de aumentar as penúrias das maiorias exploradas e oprimidas dos países.

Os explorados das diferentes latitudes do mundo se levantam contra essas medidas antioperárias e antipopulares de seus governos para impedir que a barbárie acabe destruindo-os fisicamente. Da mesma forma, os explorados bolivianos não têm outro caminho senão o de organizar-se ferreamente para lutar em defesa de seu direito de viver em condições humanas. Impedir, por todos os meios, que as conquistas sociais, políticas e econômicas dos trabalhadores sejam destroçadas pelo governo. Deve elaborar um plano único nacional, que englobe as necessidades de todos os setores trabalhistas e sociais: os trabalhadores devem mobilizar-se por salários que cubram todas as suas necessidades vitais, por uma renda que lhes permita viver sua terceira idade em condições humanas, os setores autônomos para terem recursos que lhes permitam manter suas famílias em condições normais, os camponeses pelo direito de acesso universal à terra na forma de propriedade social, etc.

Que a crise do capitalismo seja carregada pela classe dominante parasitária e as multinacionais imperialistas.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2290, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Europa: greve Espanha e Portugal, milhões de manifestantes pela Europa e a política pequeno burguesa

Não foi um ato espontâneo das massas a greve por 24 horas de 14 de novembro na Espanha e em Portugal. Também não foram espontâneas as manifestações que levaram estudantes, trabalhadores e desempregados para dezenas de cidades europeias, como Bruxelas, Turim, Roma, Paris, Atena, etc. Foi o resultado de uma política coordenada pelas principais centrais e sindicatos dos países da União Europeia. Reside aí, portanto, toda a sua força e sua fraqueza ao mesmo tempo.

Convocado como o “Dia Europeu de Ação e Solidariedade”, o dia 14 de novembro foi amplamente divulgado e possibilitou dar expressão à revolta de milhões por todo continente. Os confrontos com a polícia na Espanha, Portugal e Itália confirmam que havia uma parcela, sobretudo da juventude e dos desempregados, disposta a radicalizar, disposta a enfrentamentos mais firmes. Os atos do dia, no entanto, foram de um modo geral pacíficos, alimentados pela política de contestação legítima à política de austeridade que se disseminou por toda zona do euro.

Em Portugal e na Espanha, os transportes foram prejudicados, com paralisação de trens, metrô, ônibus e mesmo de aviões nos principais aeroportos. Os setores da saúde, da educação, os operários das fábricas de automóveis e trabalhadores dos portos paralisaram suas atividades e foram para as ruas de Valência, Madri, Porto, Lisboa e várias outras cidades menores protestar. Nos enfrentamentos com a polícia, dezenas foram presos na Espanha; muitos ficaram feridos com as balas de borracha que serviram não só para dispersar as manifestações, como para proteger empresas e bancos, como em Valência.

Na Bélgica, na Grécia, na Itália, na França e na Alemanha ocorreram atos e passeatas menores, convocadas também por sindicatos, em solidariedade à greve geral de Portugal e Espanha. Apenas na Itália houve algum confronto com a polícia.

Diante da política que orientou esse dia de luta, o governo espanhol pôde ir à imprensa reafirmar a política de austeridade e condenar a greve geral como perniciosa para a economia do país.

Perspectiva econômica piora mesmo nos países mais ricos

Os dados do terceiro trimestre da União Europeia já foram divulgados. Com exceção da Alemanha, que teve um pífio crescimento de 0,2% em relação ao segundo trimestre, as principais economias viram seus PIBs retraírem nesse período. Espanha, por exemplo, encolheu 0,3% em relação ao segundo trimestre e apresenta relativamente ao terceiro trimestre de 2011 uma queda já de 1,6% do PIB. A previsão é que a Alemanha feche o quarto trimestre também com queda. No cômputo geral, a União Europeia deve fechar o ano com queda de 0,4% em 2012 e suposto crescimento de 0,1% previsto para 2013.

Segundo as classificações oficiais da economia burguesa, o atual período é considerado o segundo de recessão no bloco, desde o início da crise em 2008. Para os economistas, a recessão

é considerada quando há queda por dois trimestres seguidos, o que já vem ocorrendo há cinco anos, por exemplo, na Grécia.

Obviamente, essa forma de tratar o problema ajuda a obscurecer o tamanho da crise e os impactos para o orçamento dos governos e para a vida dos trabalhadores. O desemprego em Portugal já atinge 15,8% da força de trabalho e, na Espanha, os 25%. Contabilizam-se quase 26 milhões de desempregados em toda União Europeia, com maioria de jovens. O fato é que não há crescimento, os governos continuam a aumentar impostos e cortar gastos e a população sofre os impactos das medidas recessivas, que levam à destruição de empregos e direitos sociais.

O horizonte de que mesmo Alemanha e França devem ter o PIB retraído no quarto trimestre de 2012 e que, no melhor dos cenários, o ano de 2013 será de estagnação evidencia o quanto ainda estão fortes as tendências da crise no continente e como elas devem afetar o restante do globo com maior força em 2013, como ocorrera em 2009.

A política de “resistência” dos sindicatos e Centrais

Fora os confrontos com manifestantes, que ocorrem naturalmente pela ação da força repressiva do Estado e pelo maior descontentamento de grupos organizados, não existe de fato uma política de enfrentamento dos dirigentes sindicais quanto à política de austeridade. Trabalham no interior da lógica de pressão na ruas, pressão nos parlamentos e chamado à população para “resistir” às medidas.

A greve de 24 horas é parte dessa estratégia. Embora seja geral, como na Espanha e Portugal, onde conseguiu paralisar boa parte dos transportes, serviços e indústria nas principais cidades, é mutilada por seu caráter de “tempo determinado”. Para a burguesia e os governos, é o “menor dos males” - já que é uma contestação encapsulada por um clima geral de “indignação”. Na verdade, diante da retração econômica, o dia de paralisação talvez até favoreça certos setores, como se verificou em Portugal com a diminuição de 11% de energia no dia da greve.

Esse poderoso instrumento que é a greve geral, combinada com as manifestações de rua, transforma-se em uma válvula de escape para o profundo descontentamento que atinge a maior parte da população. Acaba entrando dentro da rotina, como parte da instabilidade econômica e política que atinge os países. Não vai para além disso sob a condução dos burocratas sindicais. Trata-se, portanto, de métodos da ação direta utilizados para fins pequeno-burgueses, para uma política pequeno-burguesa.

O fato de os países europeus terem contado com ampla proteção social, através de direitos trabalhistas, poderia ser utilizado no atual momento, pois as taxas de sindicalização são muito superiores a de países atrasados como o Brasil, em que a informalidade ganhou força nos anos 90. Tanto na Espanha quanto em Portugal, a taxa de trabalhadores sindicalizados

chega a quase 25% de toda força de trabalho. Mais de 10 milhões de trabalhadores, em ambos os países, estão sob alguma influência dos sindicatos e Centrais.

Essa massa de trabalhadores, reunida aos milhões de jovens estudantes, poderia impedir os planos dos governos. Poderia, ao menos, enfrentá-los com forças muitas vezes superiores às que tem sido colocadas em ação. Na verdade, essa política pequeno-burguesa dos sindicatos atua para conter o instinto de revolta e a própria espontaneidade das massas em seu confronto com o Estado e as empresas capitalistas.

A “solidariedade” que se viu nas dezenas de cidades pela Europa em vários países é também uma política de contenção. Os enfrentamentos em Turim e Roma, na Itália, demonstram que uma parcela da juventude e dos trabalhadores poderia se lançar para ações radicalizadas. A Confederação Geral Italiana de Trabalho, uma das grandes centrais do país, lançou, no entanto, somente atos de apoio à greve nos dois países e protesto à política de austeridade. Esse é o resultado do profundo atraso e retrocesso nas lutas dos trabalhadores, que não contam com direções revolucionárias. Tendências de luta confirmam-se mês após mês enquanto as burocracias mantêm o controle

Bolívia

Escola de Quadros Internacional do Comitê de enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Na cidade de Santa Cruz-Bolívia, realizou-se com êxito a Escola Internacional de Quadros do Comitê de Enlace, nos dias 17 e 18 de novembro. Participaram camaradas das seções do Brasil, Argentina, Chile e Bolívia, vencendo, como corresponde aos revolucionários, todo tipo de dificuldades, incluído o bloqueio de estradas que fechou a passagem para Santa Cruz.

A escola tratou o problema fundamental da necessidade imperiosa da organização do partido mundial revolucionário marx-leninista-trotskyista, diante da crise mundial do capitalismo, que empurra a humanidade à barbárie, descarregando sobre os explorados todo o peso da degeneração capitalista, que semeia miséria e morte por todo o planeta.

Analizou-se a situação mundial, a luta dos povos contra a barbárie capitalista e a crise de direção revolucionária mundial.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional tem a plena convicção de que a reconstrução da IV Internacional será possível somente com a estruturação de partidos-programas, que se forjem na luta de classes, concretizando o programa proletário da revolução socialista mundial nas condições particulares de cada país. Partidos marxistas-leninistas-trotskyistas imersos no seio das massas, que conheçam a fundo a estrutura particular das classes sociais, as características da classe revolucionária, o proletariado, e sua relação com o restante dos explorados em cada país ou região onde atuam para responder à revolta dos oprimidos com o programa proletário, que assinala a necessidade da destruição da grande propriedade privada burguesa e a estruturação da nova sociedade assentada na propriedade social dos meios de produção (socialismo) como a única forma de enfrentar os problemas oriundos da crise irreversível do capitalismo em sua etapa imperialista. As revoluções nacionais são o último ato nacional, necessaria-

das ações políticas das massas.

O futuro dos países do continente europeu depende da ação radicalizada de trabalhadores, estudantes e desempregados. Sem uma ação firme, orientada por uma perspectiva revolucionária de confronto aos governos de plantão, de enfrentamento às demissões nas fábricas, de luta contra os cortes na educação, saúde e nos direitos sociais a destruição das “economias nacionais” representará uma destruição de forças produtivas não só no continente europeu como em outras partes do globo. O estrangulamento forçado desse grande mercador consumidor que sempre foi a Europa representará um duro baque às economias de outros países e continentes. A crise voltará a tomar claros contornos mundiais se não houver uma ação das massas.

O problema - desde sempre - é o da crise de direção, da superação das burocracias, da construção de direções revolucionárias e da construção dos partidos revolucionários, alicerçados na estratégia de destruição dos governos burgueses e de controle das forças produtivas pela classe operária. Enquanto persistir esse problema histórico, veremos mais e mais manifestações por parte das massas e mais e mais ações reacionárias por parte dos Estados capitalistas.

mente têm de projetar-se para a revolução proletária mundial para poder triunfar.

A revolução social é uma consequência do caráter internacional da economia capitalista, razão pela qual, como assinala Trotsky: *“Em nossa época, que é a do imperialismo, isto é, a da economia e a política mundiais dirigidas pelo capital financeiro, não há um só partido comunista que possa estabelecer seu programa tomando somente ou principalmente como ponto de partida as condições ou as tendências da evolução de seu país... O partido revolucionário do proletariado não pode basear-se a não ser em um programa internacional que corresponda ao caráter da época atual, a de máximo desenvolvimento e desagregação do capitalismo. Um programa comunista internacional não é, nem muito menos, uma soma de programas nacionais ou um amálgama de suas características comuns. Deve tomar diretamente como ponto de partida a análise das condições e das tendências da economia e do estado político do mundo como um todo, com suas relações e suas contradições, isto é, com a dependência mútua que opõe seus componentes entre si”*.

Os programas nacionais somente são expressões particulares das leis gerais da luta de classes em nível mundial, assentadas no caráter internacional da economia e, por consequência, o caráter internacional do programa da revolução mundial.

A estratégia, o método e as bandeiras do Programa de Transição hoje mais do que nunca mantêm toda sua atualidade. Esta constatação é a que leva a separação entre o marxismo-leninismo-trotskyismo e as múltiplas seitas revisionistas que se reivindicam do trotskismo mas que têm minimizado ou definitivamente abandonado a posição de que nessa época somente a revolução proletária pode ser a resposta à decomposição do capitalismo.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2290, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Uma escola de internacionalismo proletário, voltada à reconstrução da IV Internacional

Realizou-se a 2ª Escola de Quadros do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Trata-se de uma nova conquista programática e organizativa de suas seções constituídas em partidos-programas. A organização da escola e de seus materiais significou um grande esforço de centralização política. Constituindo-se por isso na base insubstituível para a elaboração coletiva das tarefas e consignas fundamentais para a luta de classes. É uma base teórico-prático primordial para o trabalho dirigido a formar quadros revolucionários profissionais, leninistas, capazes de unificar a ação internacionalista para a intervenção política nos países em que atuam.

Uma escola de internacionalismo proletário

Baseou-se em uma seleção de textos que caracterizam as leis fundamentais do desenvolvimento e transformação da economia mundial, em suas diferentes fases de desenvolvimento, de suas tendências fundamentais, da relação entre a estrutura econômica e a superestrutura política, de sua interdependência e contradições, enfim, de como operam as leis mais gerais da revolução em nossa época refletindo-se na arena da luta de classes internacional e dentro das fronteiras nacionais.

Os textos: *“Stálin, o grande Organizador de derrotas”* (León Trotsky), *“Como construir a IV Internacional”* (Guilherme Lora), *“Declaração constitutiva do Comitê de Enlace* (G. Lora), *“Conhecer e Ler”* (G. Lora) e o *“Posmodernismo Indigenista do MAS”*. A Escola de Quadros contou também com um documento sobre a situação mundial. A proposta de resolução - *“Teses sobre a crise internacional”* -, contextualizou os estudos históricos e teóricos, refletindo a necessidade de aplicar os conceitos e categorias estudados em sua expressão concreta na conjuntura econômica e política mundial, em meio à maior crise capitalista depois da Segunda Guerra Mundial.

O método utilizado na Escola de Quadros foi o do trabalho em grupos, onde se assimilavam coletivamente as análises, conceitos e tarefas. Serviram, além disso, para que os níveis desiguais de compreensão e formação, as diferentes caracterizações de aspectos sobre os acontecimentos da luta de classes, assim como a discussão baseada na crítica se soldassem à elaboração coletiva das posições e formulações políticas. A ampla exposição dos grupos nas plenárias deu forma às sínteses teórico-políticas coletivas, transformando-as em meios práticos para a coesão e homogeneização política dos militantes. O estudo da teoria marxista e sua aplicação concreta às particularidades da situação política mundial, fez da Escola de Quadros uma viva experiência de internacionalismo proletário. Significou rearmar-se com a tradição marxista e ao mesmo tempo assimilar as conquistas do movimento operário mundial, entre elas se destacam as do POR da Bolívia.

O marxismo como uma arma para a ação revolucionária

A escola não foi o esterilizado laboratório da abstração teórica, de magistrais palestras, mas a forja onde se constitui a

determinação revolucionária de conhecer e transformar a realidade na qual atuamos, na qual também se forjam e educam os revolucionários profissionais.

A elaboração coletiva viabiliza essa formação integral e comum. Repetimos: não se tratou somente de aprender os conceitos e categoriais marxistas, ou a experiência mundial do proletariado, apesar de muito importantes, mas sim de unir a compreensão marxista da história à atuação prática e revolucionária dos partidos em cada país. As *Teses sobre a Crise Internacional* foram a alavanca para unir essa compreensão programática à ação e consignas concretas para a luta de classes.

Em especial, foram destacadas as intervenções sobre como caracterizar o processo de restauração capitalista na China – se se deve manter o programa da revolução política ou se já se coloca o programa da revolução social -, a tarefa política colocada e sua tradução em consignas para a ação revolucionária do proletariado mundial frente à restauração capitalista. A expulsão da burocracia estalinista do poder e a ação revolucionária de seu proletariado contra a propriedade privada dos monopólios imperialistas, é a tarefa colocada pela crise e demonstrada pela experiência das revoluções e contrarrevoluções no passado. A Escola de Quadros concluiu com a tarefa do Comitê de Enlace estudar mais a fundo o processo de restauração capitalista na China e assim chegar a uma conclusão.

As Teses jogaram, sobretudo, um papel destacado na luta contra as tentativas do centrismo de fazer da crise uma base de manobra de todo tipo de experimentos oportunistas, de encontrar correspondentes à árdua e paciente tarefa de pôr em pé os fundamentos de um partido mundial baseado na compreensão marxista e revolucionária das leis da revolução em nossa época. Fundamentos que existem como experiência viva do proletariado no Programa de Transição e que é necessário aplicar nas condições particulares de cada país e nas condições mundiais de desagregação do capitalismo

Por uma escola que una a teoria e prática na produção social

A escola de quadros também se dedicou ao estudo do caráter da crise estrutural da educação, as propostas que as seções e o Comitê de Enlace têm formulado para superá-la e para conhecer e enfrentar as reformas educacionais implantadas pelos governos semicoloniais do continente.

Reafirmou-se a conquista programática que entende a educação como um fenômeno particular da superestrutura política, que não pode mais do que assentar-se e refletir a crise resultante da estrutura econômica da sociedade. A crise da educação capitalista, criatura da sociedade dividida em classes sociais antagônicas, é resultado da separação entre teoria e prática. Sua base material reside no desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas mundiais que chocam com as relações sociais de produção; isto é, entre a produção social e a propriedade privada dos meios de produção.

Não se poderá resolver sua crise com medidas práticas ou

técnico-pedagógicas. Toda tentativa realizada neste terreno acabará, mais cedo ou mais tarde, no reformismo. Sua solução é política e se materializa com a revolução proletária que expropria os meios de produção, harmonizando o caráter social da produção com a propriedade coletiva. Colocando assim as bases materiais que permitirão começar a soldar a prática transformadora no trabalho social com o conhecimento, que é a assimilação teórica dos elementos materiais acumulados por meio dos sentidos no seio da produção social.

A reforma educacional em cada país não é mais do que o reflexo particular das políticas imperialistas de destruição da educação pública e sua tendência à privatização e mercantilização. A defesa da educação única, pública, gratuita, laica e científica, vinculada à produção social, é a imediata e mais urgente resposta à destruição da educação pública, à superespecialização e a cada vez mais acentuada separação entre o trabalho manual e intelectual. Tem valor político fundamental porque permite às massas amadurecerem politicamente e as eleva à compreensão do papel nefasto da educação atual. Isto é, à necessidade de destruir as bases econômicas e políticas da classe dominante. Daí que a luta por materializar esse objetivo aproxima os explorados da conquista do poder. A Escola de Quadros reafirmou, uma vez mais, que a nova escola será produto de uma nova sociedade.

Conclusões

A teoria marxista se distingue pela sua capacidade de prever as tendências da economia e da política mundial em cri-

se. Prover de consignas, táticas e métodos capazes de traduzir essa compreensão em ação revolucionária.

A Escola de Quadros e o acerto de apresentar as teses sobre a crise mundial foram passos decisivos no caminho de soldar a compreensão da desintegração do capitalismo, na sua fase imperialista, à sua transformação revolucionária, como nos ensina Marx. Fortaleceu, também, os laços políticos e organizativos das seções do Comitê de Enlace. As debilidades organizativas e as falhas de preparação dos documentos serão superadas pela assimilação crítica e autocrítica. Certamente, a boa preparação ou má preparação corresponde à compreensão sobre a importância da Escola de Quadros internacional para auxiliar na tarefa de construir o partido mundial da revolução socialista, reconstruindo a IV Internacional.

O papel protagonista insubstituível do Comitê de Enlace na tarefa de pôr em pé a IV Internacional pode se consolidar somente sobre a base da assimilação das experiências e tradições do proletariado mundial e da rica tradição do POR boliviano. Somente assim se formarão sólidos quadros internacionalistas e se fortalecerão as seções da Argentina e Brasil

Assinalamos a presença na Escola de Quadros da tendência revolucionária chilena, que retorna ao Comitê de Enlace. Trata-se do embrião do futuro partido marxista-leninista-trotskyista, que se erguerá no vizinho país sobre a podre e traidora burocracia contrarrevolucionária do Partido Comunista chileno. A Escola de Quadros e o Comitê de Enlace destacaram a tarefa de forjar o partido no Chile aplicando o Programa de Transição no seio do proletariado.

Os Capituladores da Terceira onda⁽¹⁾ Carta a um camarada russo

Leon Trotsky – 22 de maio de 1929

Estimado amigo:

1. Os últimos comunicados da imprensa informam que Preobrashenski chegou em Moscou para negociar com o Comitê Central. Não resta a menor dúvida que estes capituladores e conciliadores da terceira onda serão tratados como imbecis. De que maneira, distinta da de Zinoviev, sonham em participar no partido? Zinoviev, marcado como capitulador, abaixa a cabeça, tem medo de fazer o menor movimento, não sabe o que esperar. No entanto, nós nos preparamos ativa e ainda que lentamente para o futuro, formamos quadros bolcheviques jovens. Que lugar, entre nós e os zinovievistas, os novos capituladores pensam ocupar? É duvidoso que eles mesmos o tenham claro. Estão esperançosos de que Iaroslavski lhes lave o cérebro, para depois sair arrastando-se do pântano e procurar um lugar seco, o que de nenhuma maneira lhes dará mais autoridade.

Dizem que praticamente desapareceram as divergências. Como explicam a furiosa repressão? Que se enviem os bolcheviques ao exílio e ao trabalho forçado quando não existem diferenças profundas e irreconciliáveis, só poderia ser obra de bandidos burocráticos totalmente carentes de princípios. Essa é, segundo Radek e outros, a política dos estalinistas. Mas, nesse caso, como se atrevem a sugerir um bloco com os bandidos políticos que, sem a menor causa principista, enviam nossos camaradas aos trabalhos forçados, os condenam ao exílio e às

vezes à morte?

Jamais fizemos a caracterização aniquiladora e implacável dos estalinistas como fez Radek, e, só porque se perdeu em um bosque de três árvores, sai arrastando-se, cai, vacila, põe-se pé e volta a cair. Pensávamos e pensamos ainda que os estalinistas não são bandidos políticos irresponsáveis, porque sua implacável perseguição a nós está motivada por razões profundas e principistas. É preciso ser um mal político para despedaçar uma linha, sem se perguntar que elementos a aplicam e porque razão. Cercados em um beco econômico sem saída, os quadros estalinistas cerram os dentes para efetuar uma virada à esquerda que, por força das circunstâncias e da própria luta, é mais profunda do que eles mesmos desejam. Noventa por cento desses quadros sonham voltar, na primeira oportunidade, a uma política mais “sã”, mais “normal”, mais “nacional”, e nos odeiam à morte precisamente porque nossa atitude inflexível os impede. A capitulação da Oposição significaria: a) autocondenarmos a levar uma vida vegetal zinovievista – a natureza não conhece um estado mais vergonhoso – e b) uma imediata virada à direita dos estalinistas.

2. Os problemas da Comintern não lhes interessam minimamente aos partidários da capitulação “em um só país”. O programa do socialismo nacional da Comintern não lhes tira o sono. Com toda esperteza aceitam a política aventureira que, tanto em Berlim como em Cantão, procura devolver ao centris-

mo a reputação revolucionária (2). Enquanto a perseguição à Oposição continua, destrói-se implacavelmente os quadros da Comintern. A bota burocrática esmaga tudo o que cai embaixo dela. Como remediar essa situação? Muito simples: capitulando diante da bota.

3. A revolução é uma grande devoradora de homens. Da velha geração, permanece uma enorme porcentagem de almas penadas e uma porcentagem não menos importante na Oposição. A reação está em plena marcha no partido e na Comintern, como reflexo da nova relação de forças em escala internacional. Nessas circunstâncias, os retrocessos e capitulações se convertem, inevitavelmente, em uma norma. Entre 1907 e 1910, e novamente entre 1914 e 1917, o bolchevismo sofreu toda uma série de retrocessos, rupturas, capitulações individuais e em grupo. Somente graças a essa autolimpeza e autoclarezza pôde crescer e fortalecer-se para a vitória de Outubro. A retirada de camaradas, mesmo daqueles cujos nomes são mais “respeitáveis”, não nos assusta minimamente. Utilizaremos o exemplo de suas vacilações para cultivar constância na juventude.

4. Que falácia lamentável e covarde revelam os novos capituladores ao aprovar as declarações de Iaroslavski sobre o ilícito de nossa utilização da imprensa burguesa! É preciso cair em tamanha banalidade? Por meio da agência de notícias TASS, os estalinistas utilizam a imprensa burguesa de todo o mundo para difundir uma monstruosa calúnia contra nós, preparando gradualmente a justificativa de sangrentas medidas repressivas. Que não ousemos dizer a verdade sobre nós mesmos nessa mesma imprensa? Os estalinistas negociam com a polícia burguesa e a diplomacia reacionária para impedir nosso ingresso em qualquer país. Obrigam os comunistas noruegueses a liquidar, ombro a ombro com os reacionários, o direito de asilo. Obrigam a imprensa comunista oficial a acompanhar este ato policial reacionário com febris perseguições e calúnias, que ocupam colunas nas páginas de toda imprensa burguesa. E devemos permanecer em modesto silêncio, em virtude de uma resolução de 1905 que obedecia às necessidades do partido revolucionário, não à obra reacionária de uma burocracia termodoriana que nos ataca em santa aliança com a polícia capitalista de toda a Europa!

5. É evidente que nos aguarda uma perspectiva de luta e trabalho educativo prolongados. Será necessário renovar nossos quadros. Aqueles que não estejam à altura da tarefa, que a abandonem. Depois de perambular e vacilar, alguns voltarão a nossas fileiras. Nesse ínterim, nos fortaleceremos. Temos de educar uma nova geração no espírito da inflexível intransigência bolchevique. Além do trabalho entre as massas sobre a base de nossa plataforma, devemos ampliar o trabalho educativo entre a juventude, sem deixar de nos esforçarmos ainda que seja por um só indivíduo. É necessário aprofundar o trabalho propagandístico em escala internacional. Todo bolchevique sério deve rodear-se de gente jovem que, dia a dia, introduzirá nos problemas fundamentais do marxismo e da revolução internacional.

6. Na atualidade, estou dedicado principalmente à preparação de uma série de livros que serão publicados simultaneamente em vários idiomas. Este trabalho ocupa atualmente quase todo meu tempo, e não me permite seguir os problemas do momento. Creio, não obstante, que é o método mais econô-

mico. Em lugar de abordar do zero cada um dos problemas, devemos assentar uma base ideológica séria e publicar os trabalhos e documentos mais importantes da Oposição para que sirvam de referência no futuro.

Este trabalho serve para proteger a herança da ideologia marxista do bolchevismo frente ao revisionismo, à calúnia e à vacilação irresponsáveis. Nos momentos de reação, servem para aprofundar a teoria.

7. É pouco o que posso informar-lhe sobre as oposições europeias e norte-americanas. Estamos diante de uma gigantesca tarefa coletiva de autoclarezza teórica e reagrupamento de forças em cada país e em escala internacional. Com esse fim, temos o projeto de publicar um boletim internacional, que depois deverá converter-se em um jornal que apareça em vários idiomas.

.....
Notas (1) Os Capituladores do Terceiro Período. The Militant, 1º de julho de 1929; as seções 6 e 7, omitidas nessa versão, foram traduzidas (do inglês) para esse volume. Os capituladores do “primeiro período” foram os zinovievistas, em fins de 1927. Os da “segundo período” foram Piatakov, Antonov-Ovseenko e Krestinski.

(2) A política aventureira de Berlim faz referência aos acontecimentos de 1º a 3 de maio de 1929, quando as autoridades socialdemocratas proibiram os tradicionais desfiles e manifestações de rua do Primeiro de Maio. Os sindicatos dominados pelos socialdemocratas, que constituíam a grande maioria do movimento operário organizado, decidiram celebrar o 1º de Maio em locais fechados. O PC Alemão rechaçou a proposta, colocada, entre outros, pela Oposição de Esquerda, de que seus militantes participassem desses atos e trataram de persuadir os filiados sindicais de que saíram à rua. Em contrapartida, chamou a boicotar os atos sindicais e a “ganhar a rua” com uma manifestação do PC. Seus dirigentes explicavam esta atitude dizendo: “O Primeiro de Maio será, tanto para o proletariado como para a polícia, um ensaio geral da iminente guerra civil. Se não conseguimos levar às ruas milhões de operários, prontamente se instalará na Alemanha um regime de terror fascista muito pior que o da Bulgária e Itália” (The Militant, 1º de julho de 1929). Em que pese sua retórica sobre o “ensaio da iminente guerra civil”, o PC não dirigiu seriamente as batalhas de rua, em que os operários que seguiam sua linha foram sitiados e submetidos a um tiroteio implacável. Em três dias, teve vinte e sete mortos e centenas de feridos, setenta e cinco graves. Ninguém pôs em dúvida que a polícia dominou totalmente a situação. O PC, que dizia contar com o apoio da “imensa maioria” dos trabalhadores alemães, chamou uma greve geral contra o massacre policial, mas não o responderam mais do que cinquenta mil operários em todo o país. Após esse fracasso, o PC chamou em Berlim uma greve geral de vinte e quatro horas em homenagem aos mártires; no final da paralisação e só participaram duas mil pessoas ao funeral. Os acontecimentos de Berlim foram saudados em todo a Comintern como “uma página gloriosa da história do movimento operário internacional”. Em Cantão, o PC chinês organizou em dezembro de 1927 uma insurreição, instigado por Stálin, que nas vésperas do décimo quinto Congresso do PCUS necessitava de uma “evidência” de que sua política não havia liquidado a revolução chinesa. Como o PC chinês estava isolado e a insurreição não havia sido preparada, a esmagaram em menos de três dias, e custou a vida de milhares.

.....
Extraído da obra “Escritos”, de León Trotsky, tomo 1, 1929-30, vol.1)